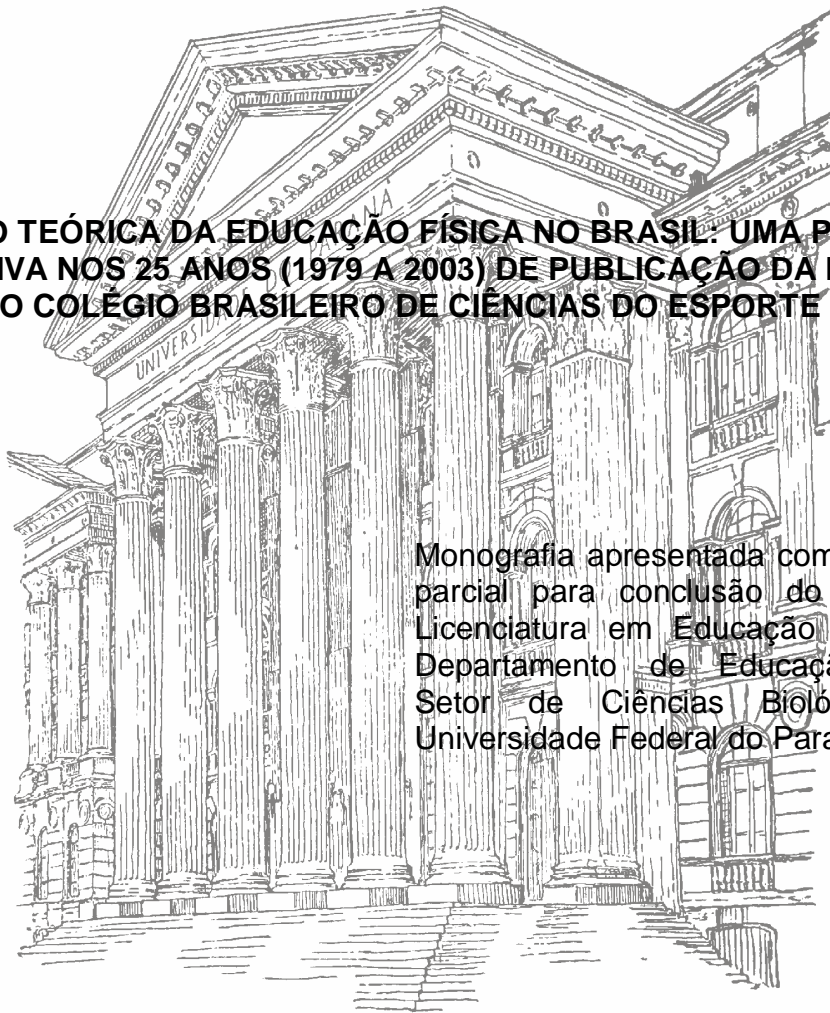


OCTÁVIO CABELLO DE MEIRA

**PRODUÇÃO TEÓRICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: UMA PESQUISA
QUALITATIVA NOS 25 ANOS (1979 A 2003) DE PUBLICAÇÃO DA REVISTA
DO COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE**



Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

2008

OCTÁVIO CABELLO DE MEIRA

**PRODUÇÃO TEÓRICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: UMA PESQUISA
QUALITATIVA NOS 25 ANOS (1979 A 2003) DE PUBLICAÇÃO DA REVISTA
DO COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de Bacharel em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

PROFESSOR ANDRÉ CAPRARO

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador André Capraro, não apenas pela orientação desta monografia, mas pelos vários ensinamentos assim como pela dedicação e interesse na evolução desta pesquisa.

Um agradecimento especial às professoras Vera Moro e Letícia Godoy, pela disponibilidade em me auxiliar durante minha graduação, as quais considero profissionais exemplares.

Agradeço à Fernanda Paiva, não só pelo auxílio prestado, mas também por ser uma autora pela qual tenho grande admiração e inspiração.

Um obrigado especial aos meus colegas de curso, Thiago, Euclides, Jéssika e Renata, companheiros de graduação que sempre me ajudaram quando precisei e que agora terminaremos juntos essa etapa da vida.

Serei eternamente grato pelo apoio do meu pai Antonio, minha mãe Adolfina e meu irmão Ulisses, por sempre me ajudarem nas inúmeras situações difíceis que passei.

Muito obrigado à minha irmã Antonia e meu cunhado Denilson, os quais além do auxílio prestado nesse trabalho, sempre me deram apoio quando precisei. Aproveito e dedico também essa conquista ao meu sobrinho Henrique, que em breve estará entre nós.

Agradeço a todos os meus amigos, os quais seria impossível listá-los aqui, por estarem presentes nos momentos de diversão e nos momentos difíceis, sempre me apoiando quando necessário.

Enfim, agradeço a todas as demais pessoas que de certa forma estiveram envolvidas não só durante a produção desta monografia, mas também com as minhas conquistas.

SUMÁRIO

RESUMO	iv
ABSTRACT	v
1 INTRODUÇÃO	1
1. 1 Pesquisa Qualitativa.....	2
1. 2 Análise de Discurso.....	3
1. 3 Exercício de Análise.....	5
2 PRIMEIRO PERÍODO DE ANÁLISE (1979 A 1986)	6
3 SEGUNDO PERÍODO DE ANÁLISE (1986 A 1994)	19
4 TERCEIRO PERÍODO DE ANÁLISE (1995 A 2003)	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	49

RESUMO

(PRODUÇÃO TEÓRICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: UMA PESQUISA QUALITATIVA NOS 25 ANOS (1979 A 2003) DE PUBLICAÇÃO DA REVISTA DO COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE)

O presente estudo tem por objetivo identificar de que modo a produção teórica do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) vai se constituindo ao longo de 25 anos de publicação, em um período de 1979 a 2003, o qual será dividido em três partes para análise: de 1979 a 1986; de 1987 a 1994 e de 1995 a 2003. A pesquisa será realizada através da análise do discurso proposta por Eni Orlandi, de modo que não irá focar o simples caráter descritivo, mas sim propor uma compreensão de como a produção teórica da revista vai se diferenciando, fazendo uma relação com vários fatores externos que influenciaram de certa forma, como a situação sócio-política do Brasil, os grupos em diferenciação de temáticas no interior do CBCE, as sucessões de diretorias da instituição e o tipo de formação profissional dos autores na época. Como referencial teórico, utiliza-se Norbert Elias, autor que propõe conceitos de configurações, relações de poder e interdependências. Após a análise dos três capítulos, será feita uma síntese, acompanhada de perspectivas de futuras pesquisas a partir desse trabalho.

Palavras chave: CBCE, Epistemologia, Educação Física.

ABSTRACT

(PRODUCTION THEORY OF PHYSICAL EDUCATION IN BRAZIL: A SURVEY QUALITATIVE IN 25 YEARS (1979 TO 2003) PUBLICATION OF THE JOURNAL OF BRAZILIAN COLLEGE OF SCIENCE OF SPORTS)

This study aims to identify how the theoretical production of the Brazilian College of Science of Sports (CBCE) will constitute over 25 years of publication, in a period from 1979 to 2003, which will be divided into three parts to analysis: from 1979 to 1986; from 1987 to 1994 and from 1995 to 2003. The research will be conducted through the analysis of discourse proposed by Eni Orlandi, so it will not make the simple descriptive nature, but rather to provide an understanding of how the theoretical production of the magazine will differentiating, making a connection with several external factors that influenced in a way, as the socio-political situation in Brazil, in the differentiation of thematic groups within the CBCE, the succession of directors of the institution and type of training of the authors at the time. As a theoretical reference, is used Norbert Elias, author proposes that concepts of settings, power relations and interdependencies. After the analysis of three chapters, will be made a brief, accompanied by prospects for future research from this work.

Key words: CBCE, Epistemology, Physical Education.

1. INTRODUÇÃO

No início do curso de licenciatura em Educação Física, tive contato com as disciplinas de Introdução e História da Educação Física, as quais passaram a despertar-me interesse por abrangerem questões sobre o processo histórico de formação de significados da Educação Física em diferentes épocas. Naquele período, eu acreditava que ao final do curso teríamos uma delimitação no conceito de Educação Física, fato este que se mostrou contrário, pois durante o curso, de um modo crescente, temos contato com um leque de possibilidades de atuação, pesquisa, vertentes e embasamento científico na Educação Física, de modo que percebi como inviável definir um conceito para a área. Logo, esse fato me motivou a investigar como tem sido a caracterização da Educação Física brasileira ao longo das últimas décadas e, para isso, escolhi uma fonte de dados acreditando ser abrangente, a Revista Brasileira de Ciências do Esporte, que geralmente possui três publicações anuais, da instituição denominada Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

Criado em 1978 por uma comunidade científica liderada pelo médico Victor Matsudo, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, segundo ele, surgiu inicialmente para congregiar entidades específicas de cada subárea, como por exemplo, a medicina, o treinamento, a pedagogia, inclusive estruturando a diretoria visando incluir vários vice-presidentes de cada área DAOLIO (1998). CAPARROZ (1996) afirma que o movimento crítico que surgiu na educação física nesse período foi decorrente do momento sócio-político da sociedade brasileira no final da década de 1970, com a redemocratização e da necessidade da própria área se qualificar academicamente visando suprir as necessidades do mercado de trabalho e do ensino superior. Nesse processo, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte constitui-se no principal cenário para a construção do pensamento científico na área de educação física e esportes, fornecendo um material de pesquisa riquíssimo através da RBCE.

Tendo em vista o fato da maioria das pesquisas e publicações na Educação Física abordar temáticas de caráter esportivo, fisiológico, pedagógico e até relacionadas ao lazer, percebo que, apesar da quantidade ter aumentado consideravelmente, ainda representa uma minoria nesse campo, de modo que o interesse por esse trabalho torna-se ainda maior.

Diante disso, esta pesquisa tem por objetivo analisar a produção teórica da instituição durante 25 anos (1979-2003), visando identificar de que modo vai sendo produzida, que tipos de debates ocorrem, que perspectivas são reservadas para a Educação Física e, principalmente, como as publicações vão contribuindo para a mudança na área, isto é, quais fatos marcantes vão contribuindo para a alteração e criação de tendências dentro do CBCE; dessa forma, a pesquisa tentará identificar as transformações da Educação Física no interior do CBCE não só considerando os conteúdos dos trabalhos, mas também a dinâmica do contexto sócio-político do país e principalmente, dos significados presentes nas publicações dos autores.

1.1 Pesquisa qualitativa

A pesquisa qualitativa, segundo NEVES (1996, p. 01), possibilita ao pesquisador obter dados descritivos mediante contato direto e interativo com a situação objeto de estudo, o que permite, após entender os fenômenos, situar sua interpretação dos fenômenos estudados.

Mesmo dentro de pesquisas de natureza qualitativa, surgem diferenças de métodos, formas e objetivos. GODOY (1995) identifica algumas características da pesquisa qualitativa, tais como:

- O ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental;
- O caráter descritivo;
- O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador;
- Enfoque indutivo.

De acordo com GODOY (1995), essa forma de pesquisa pode-se apresentar de três maneiras distintas: pesquisa documental, estudo de caso e etnografia. A pesquisa de documentos mostra-se como forma mais apropriada de metodologia para efetuar esse trabalho.

A pesquisa documental é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar. Pode oferecer base útil para outros tipos de estudos qualitativos e possibilita que a criatividade do pesquisador dirija a investigação por enfoques diferenciados. Esse tipo de pesquisa permite o estudo de pessoas a que não temos acesso físico (distantes ou mortas). Além disso, os documentos são uma fonte não-reativa e especialmente propícia para o estudo de longos períodos de tempo. (NEVES, op. cit., p. 03)

O material a ser considerado como objeto de estudo desta pesquisa serão os 25 anos de publicação da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, um período que se estende desde a primeira publicação, em 1979, até a última edição considerada, em 2003.

Esse período será dividido em três partes para a análise, de acordo com a alternância da direção do CBCE, assim como da influência do grupo acadêmico predominante na instituição:

- De 1979 a 1986;
- De 1987 a 1994;
- De 1995 a 2003.

Dessa forma, a análise será voltada no sentido de identificar, ao longo desse período de publicação da Revista, de que forma a produção teórica do CBCE vai se formando e se diferenciando, ou seja, como os artigos vão sendo escritos, por quais autores, em que circunstâncias e sob influência de qual forma de governo no Brasil.

1. 2 Análise de discurso

De acordo com ORLANDI (1999, p. 15), na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.

A Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender. (ibidem, p. 26)

Em suma, a Análise de Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido. Produzem-se assim novas práticas de leitura. (ibidem, p. 27)

Assim, na visão do autor, toda leitura precisa de um artefato teórico para que se efetue. A leitura mostra-se como não transparente, articulando-se em dispositivos teóricos. (ibidem, p. 25) Os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinantes e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. (ibidem, p. 30)

A análise de conteúdo, como sabemos, procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que este texto quer dizer? Diferentemente da análise de conteúdo, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa? Há aí um deslocamento já prenunciado pelos formalistas russos, onde a questão a ser respondida não é “o quê” mas o “como”. Para responder, ela não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela concebe em sua discursividade. (ibidem, p. 17)

1.3 Exercício de Análise

A análise das edições abrangerá o nível descritivo e o nível interpretativo. Esse empreendimento teórico e metodológico visa instituir um lugar em que os sentidos podem ser analisados no texto escolhido a partir do encontro entre sujeito, língua e história – sociedade. O que se busca, de fato, é identificar o modo como os autores dizem e assumem o que dizem. Recuperar as marcas lingüísticas e interpretá-las a partir do contexto social em que se situa o texto publicado poderá indicar um certo modo de ser e um agir específico de uma coletividade de indivíduos que compartilham bens sociais e culturais comuns.

Considerando que a materialidade específica da ideologia é o discurso e que a materialidade específica do discurso é a língua, a Análise do Discurso trabalha com a relação existente entre língua, discurso e ideologia. Essa cadeia apóia-se nos fatos de que não existe discurso sem sujeito e que não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, e é assim que a língua faz sentido. Nesta instância, é no discurso que podemos observar essa relação entre língua e ideologia e, assim, compreender como a língua produz sentidos por/para sujeitos. (ZANELLA, 2001, p. 16)

O corpus discursivo é formado pelo conjunto de Seqüências Discursivas (SDs), extraídas de um todo maior que corresponde ao “corpus” empírico. ZANELLA (2001), em sua dissertação de mestrado “Uma análise de discurso sobre o caso Daudt”, separou trechos a serem estudados em seqüências discursivas. Neste trabalho, no caso, o corpus empírico é formado pelos artigos da Revista do CBCE.

As seqüências discursivas ao longo deste trabalho foram retiradas de artigos publicados na revista do CBCE entre o período de 1979 a 2003, dos quais apenas os de cunho epistemológico serão aqui tratados. Dessa forma, constitui-se em um estudo de amostragem, onde os trechos, as Seqüências Discursivas (SDs), foram selecionadas por terem um caráter mais abrangente e também por retratar aspectos da realidade, sejam eles acadêmicos, políticos, sociais ou econômicos, que de certa forma tenham influenciado sobre a produção teórica no CBCE.

2. PRIMEIRO PERÍODO DE ANÁLISE – DE 1979 A 1986

“A história do desenvolvimento científico e tecnológico do nosso país é marcada com uma ênfase especial nas instituições científicas que a protagonizaram” (SILVA et al., 2005, p. 49). Contudo, segundo a autora, a criação dessas primeiras instituições não foi resultado de uma política deliberada de promoção do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, e sim se constituíram como resposta do estado a desafios concretos, impostos pela conjuntura, principalmente no que se refere à saúde, à higiene e aos problemas agrícolas. (pg. 49)

PAIVA (1994, p. 111) afirma que as idéias centrais veiculadas pelas primeiras gestões do Colégio consistiam em: 1) é possível se fazer ciência num país de terceiro mundo com rigor e qualidade sem a sofisticação dos laboratórios de pesquisa e dos equipamentos de última geração e que 2) é possível e necessário que os profissionais de educação física se transformem em cientistas do esporte, ou pelo menos, desenvolvam uma atitude científica nelas baseado.

Segundo BANKOFF (CBCE, 2003, p. 196), ao findar dos anos 1970, deu-se o início a uma série de encontros científicos com temáticas específicas, reunindo a maior parte dos pesquisadores em vários eventos. Deste modo, “o desporto ou o esporte de uma maneira geral foi se consolidando cada vez mais como um importante campo de conhecimento na educação física, e configura-se na atualidade como objeto temático de destaque na realização de encontros científicos e outros”. (ibidem, p. 196)

No contexto político do Brasil, chegava ao poder o último general-presidente, João Batista Figueiredo (1979-1985), o qual prosseguiu no caminho da abertura iniciada pelo governo Geisel (FAUSTO, 2006, p. 504), como conceder a anistia política e alterar a legislação partidária. (MOTA, 1997, p. 569)

Esse período, dividido para a análise, inicia em 1979 com a primeira publicação da Revista do CBCE e se estende até 1986. Abrange a fundação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, por uma comunidade científica, liderada

pelo médico Victor Matsudo (DAOLIO, op. cit.) até a gestão do professor Laércio Elias Pereira como presidente da instituição.

Segundo DAOLIO (ibidem), as poucas publicações no início desse período destinavam-se às modalidades esportivas de forma técnico-tática, aos tratados da fisiologia esportiva e a manuais de preparação física. De acordo com o autor, ao final desse período as obras começam a refletir sobre a educação física não somente como atividade técnica ou biologia, mas sim como um fenômeno psicológico e social.

Os estudos em ciência do esporte no Brasil iniciaram-se de forma muito insipiente, através de iniciativas individuais de professores de universidades brasileiras, consideradas naquela época as maiores e mais importantes. O fato de ser, na época, um campo muito rico e pouco explorado motivou um aumento significativo de estudos nesta área, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Esse impulso pode ser atribuído ao retorno de boa parte dos professores que concluíram seus cursos de pós-graduação no exterior, o que deu início ao desenvolvimento de grupos de estudos em suas instituições de origem; isso aliado ao incremento de novos cursos de pós-graduação no país, a partir da década de 1970 (TANI, 1996 apud BANKOFF, op. cit. p. 196)

Na edição de janeiro de 1980 (v.1, n.2), o artigo de fundo faz um pequeno relato sobre o I Congresso de Ciências do Esporte, como mostrado em SD1. Na mesma edição, em CBCE em notícias, é relatado, entre alguns cursos e eventos ocorridos, um curso de pedagogia da natação, o qual é descrito em SD2.

SD1 – “O objetivo é sempre o mesmo: o nível científico lá em cima e a ciência do esporte ocupando o lugar que merece”. (CBCE, 1980, p. 08)

SD2 – “O curso teve amplo sucesso e manteve-se dentro do mais alto nível técnico e científico”. (ibidem, p. 08)

Em SD1, o sujeito, no caso a diretoria do CBCE, ao afirmar “(...) o nível científico lá em cima (...)”, acaba por enaltecer o caráter científico da produção de conhecimentos do início da década de 1980. Ao relacionar “(...) lá em cima” e “a ciência do esporte ocupando o lugar que merece (...)”, pode-se perceber que o nível científico elevado mostra-se como algo essencial para a produção de

conhecimento, o que é confirmado no início da frase: “O objetivo é sempre o mesmo”. Esse trecho apresenta o mesmo efeito gerado em SD2, retirado da sessão de notícias do CBCE, especificamente sobre um Curso de Pedagogia de Natação apoiado pela instituição. Ao afirmar “(...) manteve-se dentro do mais alto nível técnico e científico (...)”, o autor relata o evento de uma forma além do simples caráter descritivo, utilizando “alto” para esclarecer que o curso se desenvolveu nos moldes científicos, o que se relaciona com o início da frase, “(...) o curso teve amplo sucesso (...)”, fazendo uma ligação entre o sucesso e o nível científico.

PAIVA (op. cit., p. 93), analisando a história do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte e os trabalhos publicados no seu periódico, identificou algumas fases diferenciáveis quanto ao entendimento de Ciência, sendo que, de 1978 a 1985, segundo ela, a ciência e a prática científica são neutras e “possuem” a verdade. Para a autora, esse foi um aspecto analisado no interior do CBCE, sob o ponto de vista acadêmico.

Num plano macro, podemos dizer que os interesses dos governos pós-64 em elevar o Brasil a patamares de desenvolvimento superiores aos alcançados até aquele período fizeram com que a ciência e a tecnologia passassem a ser vistas como instâncias estratégicas para o estabelecimento das políticas governamentais. Para que isso ocorresse, era necessário definir e regulamentar espaços para a produção científica. Nesse contexto, foi preciso que a educação física demonstrasse que não apenas fazia uso de conhecimentos científicos, e sim que era capaz de produzir ciência. Nada mais justo que tivesse seus espaços de produção científica garantidos. Essas reivindicações encontraram eco em um momento em que o esporte é fortemente utilizado pelo governo militar, como marketing emblemático do Brasil como potência mundial do futuro. (SILVA, op. cit. p. 51)

Com a Ditadura Militar ganhou corpo a Educação Física Competitivista. (GHIRALDELLI, 2004, p. 42) Assim, o autor cita Luís Antônio Cunha, que capta alguns aspectos do relacionamento da Ditadura Militar com a Educação Física:

- Convergente com essa orientação conservadora da Educação Moral e Cívica, a ditadura enfatizou também a Educação Física. As duas disciplinas já formavam um par coerentemente conservador no estado Novo e assim foram retomadas após o golpe de 1964;

- A idéia-força de ênfase na educação física era a seguinte: o estudante, cansado e enquadrado nas regras de um esporte, não teria disposição para entrar na política. (CUNHA, 1985, p. 80 apud GHIRALDELLI, op. cit. p. 42)

Sob o ponto de vista administrativo, PAIVA (op. cit. p. 95) relata as representações no interior do CBCE: Entre o período de 1978 a 85:

- O CBCE é instância oficial que determina e pulveriza opiniões oficiais, determina padrões éticos e conduta dos sócios e índices de aptidão que devem ser aceitos e utilizados pelos sócios e pela população;
- Democracia é participar sem incomodar o “dominante”

“Nos anos de 1980 houve um crescimento significativo da produção científica da área. Um dos principais motores desse incremento foi a ampliação dos cursos de mestrado e a produção de dissertações”. (SILVA, op. cit. p. 54)

“De modo geral, ou seja, não restrito às dissertações, a produção científica da área da educação física no Brasil, até a primeira metade dos anos de 1980, esteve fortemente influenciada pela concepção positivista de ciência”. (ibidem, p. 54) Segundo a autora, as abordagens metodológicas predominantes nos estudos valorizaram a quantificação e a análise estatística dos dados aludiram à neutralidade científica e ao isolamento do objeto de seu contexto. Foram hegemônicos os temas voltados para aspectos medico - biológicos da atividade física, para o esporte de alto rendimento e para a avaliação da aptidão física.

No ano seguinte, 1981, pode-se perceber determinados trechos no editorial da edição de janeiro:

SD3 – (...) o professor de educação física, não pode mais ser representado como o homem forte e de boa vontade que “distraia” os alunos entre aulas de biologia e matemática. (...) Hoje, mais do que nunca, ele está envolvido no processo global de formação sócio-cultural do nosso jovem; hoje, ele deve associar seu apito e seu cronômetro ao trabalho de laboratório de fisiologia do exercício; hoje, ele é o responsável pelo surgimento dos atletas e pelo desenvolvimento de suas potencialidades; em resumo, hoje ele não é mais o “professor de ginástica”, mas o mestre de ciências do esporte. (CBCE, 1981, p.04)

SD4 - Alterar o curriculum escolar nas faculdades de educação física? Desenvolver mais cursos de especialização em medicina esportiva? Incrementar as pesquisas em ciências do esporte? Atualizar as legislações específicas da educação física e do esporte? E tantas outras

interrogações estão por merecer estudos urgentes e obrigatórios...
(ibidem, p.04)

Em SD3, ao finalizar o trecho com “em resumo”, o autor delimita o ramo das Ciências do Esporte como responsável pelo surgimento de atletas e de duas potencialidades, com a função de associar trabalho em aula com os laboratórios de fisiologia e promover o desenvolvimento global de formação sócio-cultural do jovem.

Quando o autor cita “nosso jovem”, remete a uma questão sócio-política típica da ditadura militar do Brasil no início da década de 1980, onde um dos principais objetivos da educação física em relação ao regime seria o de preparar os jovens fortes para a nação.

Esta seqüência SD3 pode ser relacionada com uma análise feita por PAIVA (op. cit. p. 93), que descreve sobre as representações, sob a perspectiva acadêmica da produção de conhecimento, no interior do CBCE no período entre 1978 a 1993; assim, no período entre 1978 a 1985, temos:

- Fazer ciência é medir e comparar dados;
- Educação física é capacitar fisicamente os indivíduos. É praticar atividade física sistemática ou assistematicamente;
- As ciências do esporte são as diversas ciências instrumentalizando a “melhor” forma de fazer atividade física e praticar esportes;
- Esporte é a prática de uma modalidade esportiva. É fazer uma atividade física sistemática ou assistematicamente.

Segundo a autora, essas representações se completam e se auto-influenciam, pois, para ela, têm em comum o fato de se subsidiarem e subsidiar uma discussão teórica limitada ao aparente, ao óbvio, ao que pode ser afirmado, baseado e verificado, através da coleta de dados.

Em SD3, é proposta uma mudança no campo da Educação Física, retratando isso através do professor de educação física. Basicamente, é mostrado qual papel deve desempenhar o profissional em relação à nova realidade. Já em SD4, surgem questionamentos sobre o que deve ser feito para a área abandonar as velhas tendências e incrementar medidas para reverter esse quadro, como proposto no trecho “estudos urgentes e obrigatórios”.

Descrevendo sobre as velhas tendências, SOARES (2001, p. 69) afirma que a Educação Física no Brasil se confunde em muitos momentos de sua história com as instituições médicas e militares. Dessa forma, segundo a autora, em diferentes momentos, estas instituições definiram o caminho da Educação Física, delineando seu campo de conhecimento, tornando-a um valioso instrumento de ação e de intervenção na realidade educacional e social.

Segundo Víctor Matsudo, em uma entrevista a DAOLIO (op. cit. p. 71), a intenção do Colégio era se tornar uma entidade que congregasse os diferentes conhecimentos que pudessem contribuir para o desenvolvimento do esporte e da atividade física. Segundo ele, seria um colegiado composto por comitês e associações responsáveis por cada área dentro das chamadas ciências do esporte.

É possível notar, de acordo com as seqüências discursivas analisadas acima, que durante o período da presidência de Víctor Matsudo no CBCE (1979 a 1981), os editoriais das edições continham praticamente uma opinião direta da instituição disponível para o leitor, principalmente em relação ao modo científico de produção de conhecimentos, enaltecido frequentemente.

Em 1982, período em que a presidência do CBCE passou a ser exercida por Cláudio Gil Soares Araújo, ocorreram pequenas modificações na Revista. Apesar de ainda predominarem trabalhos sobre fisiologia, esporte, saúde e rendimento, as edições não apresentavam editoriais e nas páginas iniciais passaram a conter a seguinte frase:

SD5 – “Os artigos publicados são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião do CBCE”. (CBCE, 1982)

Pode-se perceber que a revista do CBCE passou a remeter a responsabilidade dos artigos aos autores e não mais unicamente à instituição. O que demonstra de certa forma que o Colégio estava aberto a publicar também artigos que não fossem exclusivos da fisiologia, saúde, esporte ou rendimento,

mesmo que a abordagem de temas diferentes fosse praticamente inexistente ainda.

Considerando a edição de maio de 1983, um artigo começa a refletir uma possível perspectiva de discussão no campo da Educação Física. Trata-se de “A (des)caracterização profissional filosófica da Educação Física”, de Lino Castellani Filho. Nesse texto, o autor se dedica ao estudo dos documentos legais que refletiam o “papel” da própria Educação Física nos estabelecimentos de ensino no Brasil. Através dele, segundo CASTELLANI (CBCE, 1983, p. 95), evidenciou-se o caráter reprodutivista da Educação Nacional e nesse particular, notável foi a “performance” da Educação Física, afirmando que nela o caráter de alienada e alienante fez-se presente de forma marcante.

SD6 - Entendemos que para “descrever com propriedades” a Educação Física, tenhamos que despi-la das vestes por ela até então trajadas (descaracterizá-la, portanto) buscando ao desnudá-la entender a personagem por ela representada no “palco” ou “cenário” educacional brasileiro. (CBCE, 1983, p. 95)

SD7 - O reforço à estereotipação do comportamento masculino e feminino, suas implicações com a concepção de Segurança Nacional sentida nas questões pertinentes à eugenia da raça brasileira ou no concernente ao adestramento físico necessário tanto à defesa da Pátria quanto à preparação e manutenção da força de trabalho necessária à preservação e reprodução do status quo [...]. (ibidem, p. 95)

SD8 - Já se pronunciou o Conselho Federal de Educação no Parecer de nº. 2.077/76. [...] Porém, importante é sublinhar a maneira como a Educação Física é concebida pelo referido Decreto. Em seu artigo 1º assim se dá a redação: “A Educação Física, atividade que por seus meios, processos e técnicas...”. Como se vê, esse Decreto que até hoje rege os destinos da Educação Física no Ensino brasileiro, a entende somente enquanto atividade!!! (ibidem, p. 100)

Pelo procedimento analítico, trabalhando com paráfrases e metáforas, há um trecho que demonstra uma repetição e deslocamento, onde “vestes por ela até então trajadas” pode ser entendido, de acordo com SD7, como “(...) reforço à estereotipação do comportamento masculino e feminino, implicações com a Segurança Nacional, adestramento físico necessário tanto à defesa da Pátria quanto à preparação e manutenção da força de trabalho (...)”. Em SD6, “descaracterizá-la” demonstra que as “(...) vestes por ela até então trajadas (...)” estavam tão interligadas com a identidade da Educação Física da época que

carecia de uma análise neutra, que visasse buscar a verdadeira identidade da área no período inicial da década de 1980.

Remetendo à questão da Educação Física antes dos anos 80, GHIRALDELLI (op. cit. p. 43) constata dois produtos da Ditadura Militar: por um lado a exacerbação da repressão, levando a tortura e o terrorismo a milhares de brasileiros; por outro a produção de avolumado cipoal legislativo. No âmbito da Educação Física, segundo o autor, vale a pena ressaltar que a área se constituiu em uma peça da legislação autoritária que trouxe o micróbio maligno da Educação Física Competitivistista para o interior das escolas. (idem, p. 43)

“O regime militar, que deu sustentação à Educação Física Competitivistista, funcionou no Brasil entre 1964 e 1985. Resumidamente, é possível caracterizá-lo, em linhas gerais, como um regime de pacto entre a burguesia industrial brasileira, os capitalistas internacionais e a tecnoburocracia militar e civil”. (ibidem, p. 44)

Há um deslocamento presente nas três seqüências, onde “vestes”, “esteriotipação”, “adestramento físico”, “preparação e manutenção da força de trabalho” e “atividade” se substituem. São esses elementos dos quais o autor irá considerar como obstáculo frente ao processo de identificação da suposta identidade da Educação Física.

SD9 - Assim, ao a vermos nua, poderemos resgatá-la em sua dimensão histórica, nela objetivando encontrar a sua verdadeira identidade. (CBCE, 1983, p. 95)

SD10 - Ainda que secundário, nem por isso deixa de ser instrumento importante e por vezes decisivo no processo de transformação da sociedade. É assim que percebemos a Educação. É com essa filosofia que nos identificamos. É nela que entendemos encontrar a verdadeira identidade da Educação Física. (ibidem, p. 100)

Nesse discurso, pode-ser perceber que “nua e verdadeira identidade” se substituem, em um deslocamento de significados quando se referem à Educação Física. Relacionando com SD6, ao se retirar os “vestes” da Educação Física, torna-se possível visualizar sua “verdadeira” identidade, uma “identidade” já pronta para ser descoberta, necessitando apenas remover a visão de Educação Física como “atividade” ou “adestramento físico”, conceitos trazidos por ela ao longo da história política e econômica do Brasil.

Esse artigo reflete a crescente produção científica na educação física, relacionada ao aumento dos cursos de mestrados e produção de dissertações. (SILVA op. cit. p. 55). Lino Castellani Filho, em 1983, estava cursando mestrado em filosofia e história da educação, com o título “Educação Física no Brasil: A História que não se conta”. Suas áreas de abordagem era a educação, educação física e política educacional, dentro das ciências humanas e ciências da saúde.

A partir desse momento, alguns autores passam a adotar a linha marxista em seus trabalhos, caracterizando o início gradativo de um período de denúncia social e política do Brasil. Vale lembrar que, em 1984, o país se mobilizava reivindicando eleições diretas. Porém, ao mesmo tempo em que essa emenda é votada, é rejeitada pelo Congresso.

Daí para frente, o movimento pelas diretas foi além das organizações partidárias, convertendo-se em uma quase unanimidade nacional. Milhões de pessoas encheram as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro, com um entusiasmo raramente visto no país. A campanha das “diretas já” expressava ao mesmo tempo a vitalidade da manifestação popular e dificuldade dos partidos para exprimir reivindicações. A população punha todas as suas esperanças nas diretas: a expectativa de uma representação autêntica, mas também a resolução de muitos problemas (salário baixo, segurança, inflação) que apenas a eleição direta de um presidente da República não poderia solucionar. (FAUSTO, op. cit. p. 509)

Então, enquanto muito se denunciava sobre o que fazer, ainda de forma muito tímida são publicados no ano de 1986 dois artigos que esboçam de forma diferenciada uma decisão que as “ciências do esporte” urge tomar: rever e avançar no seu referencial teórico. E essa é a discussão que vai aos poucos se construindo. (PAIVA, op. cit. p. 89)

Em 1986, um dos últimos anos em que o grupo de Victor Matsudo estava envolvido com o CBCE, a revista passa a publicar artigos com temáticas mais variadas, representando um período de transição tanto na organização de cargos dentro da instituição, quanto na produção de conhecimento. Torna-se um período em que as produções relacionadas à pedagogia e epistemologia da educação física passam a ganhar espaço dentro da RBCE.

A edição de janeiro aborda um artigo de Valter Bracht, “A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista”. O autor, partindo das diferentes visões da prática da Educação Física, principalmente escolar, procura evidenciar uma outra face do processo de socialização gerado pelo esporte na escola, relatando que isso faz parte de uma forma de controle social proposto pelo capitalismo.

SD11 - [...] a nova geração é educada em e para uma sociedade competitiva na qual o princípio de rendimento se impôs. (CBCE, 1986, p. 64)

SD12 - Assim, podemos dizer que a socialização através do esporte escolar pode ser considerada uma forma de controle social, pela adaptação do praticante aos valores e normas dominantes, como condição alegada para a funcionalidade e desenvolvimento da sociedade. Um dos papéis que cumpre o esporte escolar em nosso País, então, é o de reproduzir e reforçar a ideologia capitalista, que por sua vez visa fazer com que os valores e normas nela inseridos se apresentem como normais e desejáveis. Ou seja, a dominação e a exploração devem ser assumidos e consentidos por todos, explorados e exploradores, como natural. (ibidem, p. 64)

Em SD12, “controle social”, “valores e normas dominantes”, “ideologia capitalista”, “dominação e exploração” estão associados com a socialização gerada pelo esporte na escola, entendido aqui também como “princípio do rendimento”.

Pode-se perceber que a influência marxista no trabalho de CASTELLANI (1983) passa a se constituir como o início de um processo crescente de reflexões e denúncias acerca da situação da Educação Física brasileira na década de 1980.

Para o marxismo, o capitalismo é um sistema no qual a burguesia concentra o capital e os meios de produção (instalação, máquina e matéria-prima) e explora o trabalho do proletariado, mantendo-o numa situação de pobreza e alienação. Por estar baseado nessa característica contraditória, a de explorar seu próprio alicerce - a classe trabalhadora -, o sistema prepara o caminho para sua própria destruição. O capitalismo levaria a luta de classes a um ponto crítico, em que o proletariado, privado de sua liberdade por meio da contínua exploração, acabaria por se unir. A derrota da burguesia coincidiria com a instalação do comunismo. (SOCIOFILOSOFIA, 2008)

No final de 1986, na edição de setembro, o trabalho de Anna Maria A. Feitosa, “A Educação Física precisa de Filosofia”, demonstra um período de denúncia ao modo de pensar a Educação Física, propondo uma reflexão da área através da Filosofia.

SD13 - Se a Educação Física não se reconhece em crise e nega-se o humano exercício de pensar e recriar o mundo, foge ao universo das ciências e denuncia-se como saber reducionista e tecnicista, restringindo a sua influência e importância no processo social. (CBCE, 1986, p. 141)

SD14 - É para valorizar e legitimar a nossa profissão que precisamos reconhecê-la como um verdadeiro conhecimento, do qual precisamos nos apossar. Para isso, urge o reconhecimento humilde das nossas deficiências e limitações, a nossa permanente necessidade de estudo e aprofundamento das questões não apenas específicas, a nossa insuficiência de informações, considerando toda esta problemática não como impossibilidade de ação, mas como consciência da necessidade de compreender e acompanhar o processo evolutivo do nosso tempo, de forma comprometida, humana e humanizante. (ibidem, p. 141)

SD15 - A partir do termo “Educação Física”, tudo precisa ser repensado e devidamente teorizado nesta prática que se pretende científico-pedagógica. O termo teoria ainda ressoa de forma cartesiana aos ouvidos do atual professor de Educação Física. Por realizarem uma tarefa acriticamente prática, abstêm-se muitas vezes de refletir sobre os valores que fundamentam a sua ação correndo, assim, o risco de se repetirem frequentemente. A ausência de prática-teórica promove uma esclerose que impede a Educação Física de responder aos anseios do homem moderno. Se queremos interferir no processo de desenvolvimento do ser humano ao mais se, conforme anunciamos em muitos dos objetivos formulados em nossos planos de trabalho, é imprescindível que nos interroguemos antes de cada ato pedagógico: Que tipo de homem estou contribuindo para formar? (ibidem, p. 141)

Analisando as seqüências é possível perceber que a produção nesse período vai aos poucos recebendo influências de algumas linhas de pensamento, dentre elas a pedagogia histórico-crítica. Assim, segundo SAVIANI (2006),

essa pedagogia é tributária da concepção dialética, especificamente na versão do materialismo histórico, tendo fortes afinidades, no que se refere às suas bases psicológicas, com a psicologia histórico-cultural desenvolvida pela “Escola de Vigotski”. A educação é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social se põe, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. Daí decorre um método pedagógico que parte da prática social onde professor e aluno se encontram igualmente inseridos, ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma

relação fecunda na compreensão e encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social, cabendo aos momentos intermediários do método identificar as questões suscitadas pela prática social (problematização), dispor os instrumentos teóricos e práticos para a sua compreensão e solução (instrumentação) e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos (catarse). (SAVIANI, In PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA, 2006)

De acordo com SILVA (op. cit. p. 57), as mudanças ocorridas no plano político nacional a partir de meados dos anos de 1980, com o fim do Governo Militar, possibilitaram que críticas e denúncias aos modelos educacionais, às políticas de ciência e tecnologia, aos modelos de ciência predominantes no âmbito da pós-graduação, entre outros aspectos, fossem apresentadas com maior contundência e de forma mais explícita nas entidades científicas, associações e universidades. “Contudo, no que se refere às dissertações produzidas no âmbito dos mestrados em educação física, poucas alterações foram observadas em relação à produção do início daquela década”. (ibidem, p. 57)

O que pode ser observado, até os anos 1980, é que a produção desse conhecimento sobre seu passado não foi objeto de maiores discussões. Isto porque o que caracterizou a constituição da Educação Física no Brasil (e, provavelmente, em outros países), no que diz respeito às discussões sobre seus fundamentos, foi a influência de alguns campos das Ciências Biológicas (Anatomia, Fisiologia, etc.), de suas especializações (Cinesiologia, Fisiologia do Esforço, Biomecânica, etc.) e das disciplinas de Pedagogia (Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, didática, etc.). (PAGNI, 1996, p. 153)

Segundo BANKOFF (op. cit. p. 196), um importante aspecto a ser considerado é o fato de que no Brasil, até a década de 1980, os principais periódicos em educação física e ciências do esporte eram todos estrangeiros, sendo que os próprios anais dos congressos até então realizados constituíam-se como importante acervo teórico a ser consultado.

Diante desse quadro de mudanças, tanto política, com o fim do Regime Militar no Brasil, quanto na direção do CBCE, Norbert Elias alerta sobre a questão da “inevitabilidade” da evolução social.

Não se deve dar mais atenção ao novo, que está a aparecer, enquanto se despreza o velho, que está em declínio ou em desaparecimento no decurso

da evolução. Podem surgir novas posições com novas funções; podem-se aumentar ou reduzir (talvez mesmo anular) as funções das velhas posições. Mas é errado pensar que duas correntes dentro de uma configuração, uma ascendente, a outra em declínio no decurso da evolução social, podem ser encaradas como realidade, esta ascensão e queda significam a ascensão e queda de grupos de pessoas. Significam que certos grupos terão maiores oportunidades de poder; significam que outros perdendo algumas ou todas as suas funções, perderão todas ou parte das suas oportunidades de poder. (ELIAS, 1980, p. 189)

LIMA (CBCE, 2000, p. 96) alerta que, apesar dos matizes dentro desta mesma produção, a reflexão marxista a define, passando a ter destaques temas como: crítica ao papel conservador da escola e, por extensão, da Educação Física no interior da sociedade (por reforçar e reproduzir o modo de produção capitalista); crítica ao paradigma da aptidão física; ênfase na necessidade de se articular um projeto político-pedagógico ao projeto histórico da classe trabalhadora e no compromisso com os interesses da classe trabalhadora, etc. Dessa forma, segundo o autor, esse movimento dentro da Educação Física refletia o próprio momento de mudanças por que estavam passando a sociedade brasileira como um todo. A reabertura política, após quase 20 anos de estrutura autoritária, possibilitou a emergência de movimentos de contestação radical do estado e de suas instituições. “Assim, a crise de identidade da Educação Física na década de 80, pode ser interpretada como resultado de um questionamento acerca de sua função sócio-política na sociedade brasileira”. (ibidem, p. 96)

3. SEGUNDO PERÍODO DE ANÁLISE – DE 1987 A 1994

No plano político do Brasil, após a queda do Governo Militar, o presidente José Sarney iniciou a Nova República com dois grandes desafios: recuperar a economia do país e dar continuidade ao processo de redemocratização iniciado no governo do presidente João Figueiredo. (MOTA, op. cit. p. 589)

Esse período inicia com a gestão de Celi Nelza Zulke Taffarel na presidência do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, apoiada pelo grupo marxista, cuja influência mostra-se iniciada em 1983, com a publicação do artigo de Castellani Filho, “A (des)caracterização profissional filosófica da Educação Física”.

De acordo com DAOLIO (op. cit., 1998), essa conquista da direção por parte desse grupo não ocorreu de forma pacífica, tendo sido resultado de intensos debates e discussões calorosas, gerando um descontentamento com o grupo perdedor que acabou por afastar-se da instituição. É possível identificar nesse período muitas publicações referentes a questões de reflexão da Educação, principalmente relacionadas com o momento político do Brasil na época, com o processo de redemocratização do país.

A luta pela direção nacional da entidade, estabelecida entre dois grupos que possuíam projetos político - acadêmicos distintos e até mesmo antagônicos, marcou uma ruptura evidenciando, a partir daquele momento, campos distintos de atuação e, principalmente, de difusão da produção científica da área. (SILVA op. cit. p. 56)

A composição dos tipos de cargo que compunham a presidência variou em todas as administrações até o ano de 1987 (...). Na reforma estatutária daquele ano esses cargos passaram a ser definidos em termos mais racionais como presidente, vice-presidente, diretor científico, diretor administrativo, diretor financeiro e diretor de divulgação. Também foram dinamizadas as representações estaduais, antes feitas por indicação da presidência, a partir de então organizadas primeiro como comissões provisórias e depois em secretarias estaduais eleitas pelos associados de cada estado. (PAIVA, op. cit. p. 78)

Segundo Daolio (op. cit., 1998), após o ataque ao “inimigo comum” da ênfase biológica e dicotomia mente-corpo por parte da Educação Física no final dos anos 1970 proporcionados principalmente pelo período de Ditadura Militar, era necessário construir o novo. E justamente esse processo de construção passou a ser efetuado de forma calorosa, gerando até uma ruptura no diálogo entre algumas tendências.

Sobre essa transição de diretorias e conseqüentemente afastamento do grupo liderado por Victor Matsudo da instituição agora dirigida por Celi Taffarel, adepta de uma linha evidentemente marxista, Norbert Elias pode explicar através de sua teoria da evolução social:

É fácil verificar que tensões e conflitos entre grupos que estão a perder funções e outros que adquirem funções novas ou as aumentam, são uma característica estrutural vital de toda a evolução. Por outras palavras, não se trata apenas de uma questão de tensões e conflitos pessoais essencialmente acidentais, embora que neles esteja envolvido os encare habitualmente como tal. Do ponto de vista dos grupos que se entrecruzam, podem por vezes considerar-se como expressões de uma animosidade pessoal, outras como conseqüência da ideologia de um ou de outro lado. E, no entanto, trata-se antes de conflitos e tensões estruturados. Em muitos casos, eles e os seus resultados constituem o centro de um processo de evolução. (ELIAS op. cit. p. 189)

Por um lado, como afirma SILVA (op. cit. p. 56), essa cisão significou uma conquista para a área e para a entidade, uma vez que possibilitou que a partir dali o CBCE garantisse espaços mais plurais de discussão e difusão do conhecimento. Além do mais, a entidade voltou-se atentamente para os problemas socioeconômicos e políticos inerentes a todo debate acadêmico e a todo processo de produção de conhecimento. “Por essa via, o CBCE vem construindo um importante patrimônio: a responsabilidade de seus sócios e da comunidade da área e a credibilidade de outras associações e de agencias de fomento”. (ibidem, pg. 56)

PAIVA (op. cit. p. 93), e sua análise sobre as representações no interior do CBCE, descreve a instituição, entre 1985 a 1989, sob a perspectiva da produção acadêmica, como:

- A ciência e a prática científica são instâncias ideológicas e devem trabalhar para a “transformação social”;
- Fazer ciência é analisar um dado de forma possibilitar uma interferência no mesmo visando conservá-lo ou transformá-lo;
- Educação física é uma atividade escolar que deve saber oferecer e avaliar experiências motrizes adequadas à faixa etária e a individualidade de cada aluno, calcada nos princípios fisiológicos e neuro-motores;
- As “ciências do esporte” são a educação física transformada em ciência, tenha ela o predicativo “do movimento”, “da motricidade humana”, “do esporte” (no singular) ou “da EF”;
- Esporte é uma “parte” da EF que deve ser ensinado na escola com base nas capacidades e potencialidades de cada aluno e sua faixa etária.

Segundo a autora, essas representações remetem-nos a referências distintas, pois, neste período, começa a se fazer notar uma “ampla diferença” entre o que pensa “o CBCE” (sua diretoria) e a “comunidade”, por oposição. Diferenças essas que mais se consubstanciam na análise de temas livres dos congressos e que abrem um leque tanto para as temáticas como para a forma de abordá-las.

Já no plano administrativo da instituição, PAIVA (ibidem, p. 95) retrata o mesmo período como:

- O CBCE precisa se reformular internamente para poder atender a uma comunidade científica – e por extensão à população – ávida de conhecimento;
- Acompanhando os ares da “Nova República”, democracia é o direito de falar bem (no sentido de boa oratória) para convencer.

Na edição de setembro de 1987, o editorial da revista traz algumas metas a serem atingidas pela nova direção do CBCE.

SD16 - No momento em que percebemos que nossas lutas e reivindicações em todos os sentidos (econômicos, sociais, políticos, acadêmicos, científicos, culturais, etc.) foram postas de lado, hoje, como educadores, cidadãos e cientistas, estamos diante de um desafio que nos é permanente, ou seja, somar esforços em todos os níveis para a conquista de condições de vida dignas e humanas de fato, sem slogans ou chavões eleitorais. (CBCE, 1987, p. 02)

SD17 - Reafirmar nossos compromissos é, ao mesmo tempo, de um lado, produzirmos, trabalharmos, sermos competentes e de outro, nos engajarmos no movimento da história, seja através da ação docente propriamente dita, da função de pesquisadores, bem como da condição de cidadãos, nas nossas organizações sindicais, culturais, científicas e políticas, buscando um País onde a criança, o jovem, o adolescente, o adulto e o idoso, homens e mulheres possam ser felizes e onde o

esporte, como todos os demais direitos sociais, seja instrumento democrático de humanização e transformação. (ibidem, p. 02)

Percebe-se, em SD17, que “nossas lutas e reivindicações em todos os sentidos foram postas de lado” emite um esforço, tanto por parte da população brasileira em geral como na área acadêmica, em lutar por seus direitos em um período de censura, da ditadura militar. O trecho “condições de vida dignas e humanas de fato”, “sem slogans ou chavões eleitorais”, onde “de fato” e “sem” atuam em um sentido contrário, se referem ao período de ditadura militar como negação de uma vida digna e humana, assim como repleto de slogans e chavões eleitorais.

Em SD18, ao listar “a criança”, “o jovem”, “o adolescente”, “o adulto e o idoso”, “homens e mulheres”, o sujeito se refere à população em geral, ou seja, onde todos os cidadãos de fato se envolvam com o processo de redemocratização e conseqüentemente usufruam dos seus benefícios. No tocante à Educação Física, citado na figura do esporte, constitui-se em um direito social, desde que atue como instrumento democrático de humanização e transformação, ou seja, que se apresente como uma solução ao efeito causado pelo sistema político anteriormente vivido no Brasil.

A transição brasileira teve a vantagem de não provocar grandes abalos sociais. Mas teve também a desvantagem de não colocar em questão problemas que iam muito além da garantia de direitos políticos à população. Seria inadequado dizer que esses problemas nasceram com o regime autoritário. A desigualdade de oportunidades, a ausência de instituições do Estado confiáveis e abertas aos cidadãos, a corrupção, o clientelismo são males arraigados no Brasil. Certamente, esses males não seriam curados da noite para o dia, mas poderiam começar a ser enfrentados no momento crucial da transição. O fato de que tenha havido um aparente acordo geral pela democracia por parte de quase todos os atores políticos facilitou a continuidade das práticas contrárias a uma verdadeira democracia. Desse modo, o fim do autoritarismo levou o país mais a uma “situação democrática” do que a um regime democrático consolidado. (FAUSTO, op. cit. p. 527)

Utilizando novamente um trecho do editorial da revista, a edição de janeiro de 1988 dá seqüência a esse dispositivo de denúncia:

SD19 - Também o Desporto, demasiadas vezes nas mãos de incompetentes e corruptos, se orienta mais para a satisfação dos interesses de uma classe, do que para a transformação do Homem, da Sociedade e da História. Também ele reforça a desigualdade entre grupos e pessoas. Ora, todos estes problemas merecem uma teorização (e prática) de ordem ética, visando a sua resolução. E o mais depressa possível... antes que se faça tarde! (CBCE, 1988, p. 33)

Nessa seqüência, “satisfação dos interesses de classe” e “desigualdade” denotam claramente uma forma de denúncia ao sistema político vivido pelo Brasil nesse período. Há uma relação desse quadro, onde “incompetentes” refere-se justamente aos profissionais e inúmeras pessoas envolvidas com o esporte que o vêem somente como rendimento e espetáculo, ao passo que “corruptos” remete a uma questão muito mais política, denunciando a forma de governo promovida pela ditadura militar.

O enredo da trama que estava sendo encenada no Brasil dos anos 80 era de conteúdo eminentemente político, visando resgatar a democracia vilipendiada pela ditadura. E Educação Física como a sociedade brasileira de maneira geral, passaram por essa politização e ideologização do discurso. Para além das questões específicas da Educação Física (...), havia a necessidade de se posicionar ante o quadro político nacional. (DAOLIO, p. 188 apud FERREIRA, 1988, p. 81)

Nesse contexto, cada vez mais a linha pedagógica histórico-crítica influencia na produção dos autores dentro do CBCE. Celi Taffarel trabalhava com linhas de pesquisas referentes à prática pedagógica e política educacional.

A Pedagogia Histórico-Crítica coloca a prática social como ponto de partida e ponto de chegada do processo de ensino. É na prática social, que os professores encontrarão os grandes temas para o ensino. O processo de ensino-aprendizagem deveria começar pela problematização, extraída da prática social (SAVIANI, 1991, p. 86).

Assim, segundo o autor, a Pedagogia Histórico-Crítica privilegia uma visão histórica do conhecimento humano. O que envolve a delimitação das relações entre educação e política, no sentido de captar o movimento objetivo do processo histórico, ou seja, levar à compreensão do processo que determina a construção da realidade social atual, com todos os seus conflitos e contradições, que geram um quadro de conseqüências sociais inaceitáveis.

Na penúltima frase, “resolução dos problemas” na forma de uma teorização (e prática), salienta que uma nova formulação de Educação Física deve ser aprimorada a fim de resolver os problemas, na forma de desigualdades, do país.

A expressão O “mais depressa possível... antes que se faça tarde!” faz um apelo de caráter acadêmico e social para nova Educação Física em formação. Após denunciada a ênfase biológica quase exclusiva na Educação Física, torna-se necessário construir um conhecimento novo.

SD20 - Entendido o consumismo na Educação Física como uma faceta da dominação econômica da classe rica, o grupo social de professores críticos de EF “precisa munir-se de maturidade, de competência e de consciência de classe” (GADOTTI, 1985) capaz de des-velar o real significado da paranóia da malhação. Entretanto, para que tal ocorra, é necessário uma re-educação cultural, política, social e econômica destes profissionais, com a apropriação de métodos, técnicas e conhecimentos, hoje restritos, aos “arquitetos” da ideologia burguesa. (CBCE, 1988, p. 59)

SD21 - Desmistificar as “lycras”, os Nikes, os Adidas, os Power etc e desmistificar o professor de Educação Física como um “ser em si”, apenas no mundo, alienado e à margem do processo histórico, tornando-se de professor num camelô, é o pano de fundo do nosso questionamento crítico à invasão cultural e ao domínio imperialista da América Latina. (ibidem, p. 60)

SD22 - Assumir uma práxis revolucionária, a partir do encontro consciente e crítico com o real, nu, é o ponto de partida para que a Educação Física torne-se uma co-adjuvante da promoção do ser humano e seus profissionais co-autores da hegemonia da classe trabalhadora e seus profissionais. (ibidem, p. 60)

Essas seqüências são trechos do artigo “Educação Física: decapitação cultural e hegemonia imperialista”, de Francisco Mauri Carvalho Freitas e Joaquim Ignácio Cardoso Filho, publicado na edição de janeiro de 1988.

“Consumismo”, “lycras”, “os Nikes”, “os Adidas”, “os Power”, “invasão cultural” e “domínio imperialista da América Latina” se substituem, se referindo ao lado negativo da influência imperialista na América Latina. Ao citar Nike e Adidas, o autor enfatiza o consumismo, pois se tratam de grandes empresas estrangeiras que dominam o mercado mundial com seus artigos esportivos.

Ainda na edição de janeiro de 1988, um artigo de Anna Maria A. Feitosa, “Da Educação Física à Ciência da Motricidade Humana”, noticia o lançamento do livro “Para uma Epistemologia da Motricidade Humana”, pela editora Compendiu

de Lisboa. Ele apresenta idéias de corte com a Educação Física tradicional enquanto anuncia a Ciência da Motricidade Humana, assim como para fala um pouco sobre as atividades profissionais do seu autor, o Professor Doutor Manuel Sergio Vieira e Cunha. Segundo a autora, livro de leitura imprescindível para quem busca a transformação e a autonomia disciplinar da Educação Física com espírito revolucionário de cientista.

Na perspectiva de Manuel Sérgio, o homem percorre a História como autor da Cultura e a Motricidade revela esse processo quando nos deparamos com a variedade e multiplicidade de formas do seu movimento e todas as coisas existentes no mundo. “[...] Os movimentos do homem não estão desenvolvidos, porque contém uma infinidade de variações possíveis há-de desenvolver no trato com os projectos que o rodeiam” (p.109). Sendo o homem um ser aberto ao mundo, aos outros e à transcendência e carente deles, procura com o movimento intencional, refletir a sua complexidade e realizar-se como sujeito.

Nesse sentido, a Motricidade Humana como ciência, torna-se num valor a atingir a partir da compreensão e da explicação da realidade, em que o homem é Logos e anti-Logos, porque emerge da corporeidade, porque é a verdade da percepção, porque é projeto.

SD23 - Já em 1976, introduzindo o seu livro Desporto em Democrata, afirmava: “O desporto inscreve-se, por conseguinte, em relações de produção determinadas e numa estruturação específica do campo trabalho abstrato-trabalho concreto. É um absurdo estudá-lo na rigorosa neutralidade política com que alguns o contemplam e o praticam. E tanto assim se passa que, ao pô-lo em questão, não o fazem à luz da neuro-fisiologia, ou da física neuronal, ou da biologia, mas normalmente pelas influências que nele exercem os órgãos do poder e as decisões governamentais. (CBCE, 1988, p. 68)

SD24 - Por mim, sou em crer que só em sociedades em que a satisfação das necessidades se transforme no único motivo da produção e em que o homem se experimente como virtualidade capaz de realizar-se em plenitude, o desporto será uma forma de encontro e um meio de saúde e um ato de amor”. (ibidem, p. 68)

No texto, “órgãos do poder” e “decisões governamentais” se referem ao grande obstáculo perante a liberdade de produção acadêmica em Educação

Física, obstáculo esse combatido frequentemente pelo grupo envolvido com a nova diretoria do CBCE, liderados por Celi Taffarel.

SD25 - A história da revista do CBCE, até então marcada pela estreita visão de ciência, visão está que sempre privilegiou o lado biológico do homem, com temas como: a performance, o rendimento e a eficiência dos treinamentos físicos, colocando em destaque o rigor, a “neutralidade” e o poder da concepção positiva de ciência, não possibilitou até este momento que outros níveis de abordagens fossem publicados. (CBCE, 1988)

SD26 - Hoje, porém, este mesmo periódico aparece com outra roupagem. Numa linguagem sem muitos jargões, mais rigorosa, comprometida e seria apresenta uma outra forma de abordagem, que pretende levar aos membros do CBCE, não um conhecimento sagrado e de difícil compreensão e aplicação, mas um conhecimento comprometido com a denuncia, com a crítica, na busca de soluções concretas para os problemas sociais. (ibidem)

SD27 - Este, portanto, não é um número especial, mas especial é a forma como a informação esta sendo veiculada e, especial é o espaço conquistado dentro da linha editorial da revista do CBCE. (ibidem)

Nesse trecho do editorial da edição de maio de 1988, ao citar “até então” em SD25, o autor demonstra que antes da diretoria atual, as publicações da revista eram voltadas quase exclusivamente para a “neutralidade” científica, representada também como “a estreita visão de ciência e a performance”, “o rendimento e a eficiência dos treinamentos físicos”.

Consequentemente, no início de SD26, “Hoje” representa o fim desse período anterior e o início de um novo foco de estudos, ou seja, “uma outra forma de abordagem”, marcada pela “denúncia”, “crítica”, “busca de soluções para os problemas sociais”. Além disso, “espaço conquistado dentro da linha editorial da revista do CBCE” demonstra que a eleição do grupo liderado por Celi Taffarel, para a direção do CBCE, foi algo conquistado através de disputas intensas.

Paralelamente, no plano político, foi promulgada a Constituição de 1988, considerada a mais democrática que o país já teve. Houve a participação popular, através de abaixo-assinados, orientados por sindicatos de classe, entidades religiosas e vários outros segmentos da sociedade.

Dessa forma, a presença da linha marxista no interior do CBCE, iniciada gradativamente no período anteriormente pesquisado (1979-1986), com o trabalho de CASTELLANI (1983), passa a ganhar um espaço cada vez maior na produção

de conhecimento dentro da instituição. A denúncia ao sistema capitalista de produção era abordada constantemente quando mantinha relações com a Educação Física.

De acordo com a teoria de Marx sobre a evolução da estrutura de classes:

As relações de produção são relações de classes. Elas consistem na soma de inter-relações econômicas, políticas, técnicas e outras, entre as classes sociais que participaram na reprodução do próprio modo de produção. Essa reprodução é, pelo menos até o ponto em que o processo solapa a formação social, o objetivo, por assim dizer, das relações de classes de produção. Na teoria marxista, a reprodução das relações vitais ao próprio modo torna-se cada vez mais difícil com a restrição das forças produtivas; as lutas de classes – uma expressão que meramente resume relações de produção cada vez mais atenuadas – tornam-se mais acerbadas e mais claramente definidas, não só para o observador de fora, mas até para os próprios participantes (consciência de classe). (BECKER, 1980, p. 241)

Essa mensagem, passada ao leitor a cada edição da Revista, vai sendo cada vez mais enfatizada no decorrer das publicações no período de diretoria da instituição por parte de Celi Taffarel. O editorial de setembro de 1988 faz um breve histórico dos objetivos do CBCE, desde sua fundação, em 1978, até a data de publicação.

SD28 - Da pretensão inicial em incentivar a produção científica, tem-se atualmente o entendimento de que o desenvolvimento científico, também na área de ciências do esporte, se dá em determinadas condições históricas e de acordo com outros determinados interesses, estando inter-relacionados e conectados com outros fenômenos sociais, contraditórios e próprios de uma sociedade que se estrutura sob a égide do modo de produção capitalista. (CBCE, 1988, p. 04)

Em SD28, é contrastado a “pretensão inicial em incentivar a produção científica”, do período anterior, com o “entendimento de que o desenvolvimento científico atualmente se dá em meio à produção capitalista”.

SD29 - A Educação Física acompanha atualmente, pelo menos com uma pequena parcela dos seus teóricos, o “frenesi” da libertação, abertura (?) histórica sentida nos últimos anos e perfeitamente evidenciada em outras áreas institucionais, políticas, educacionais, culturais e até mesmo econômicas. E o que adquirimos com isto são discussões, discursos, teses e textos de conteúdos crítico-negativistas, isto é, negando e

contestando estruturas arcaicas, alienantes, acríicas e especialmente descontextualizadas da Educação Física tradicional. (CBCE, 1988, p. 28)

SD30 - O Discurso em síntese, é o discurso do momento histórico, da fase político-social de transição (?) que vivemos hoje no Brasil, cuja Tese máxima é o compromisso com os oprimidos social, cultural e economicamente e as reivindicações de mudanças e transformações. (ibidem, p. 28)

SD31 - Portanto, se pela dialética do diálogo crítico, já foi possível tornar a Realidade brasileira Transparente quanto a sua estrutura política e das relações dela decorrente, é chegado o momento da Intervenção nesta Realidade. (ibidem, p. 28)

SD32 - Existe com respeito à Educação Física ainda uma delicada situação de encontrar a sua autonomia, seus próprios critérios e estratégias de Intervenção. (ibidem, p. 28)

SD33 - A Educação Física tradicional se apóia atualmente basicamente ainda, no esporte de Rendimento, que pelo seu patricismo acríico, rejeita toda a possibilidade de uma atuação pedagógica de caráter político e educacional. (ibidem, p. 28)

SD34 - Intervir na Realidade da Educação Física significa acima de tudo desmistificar muitas ideologias, muitas falsas expectativas e falsos poderes vinculados à sua concepção tradicional e que na maioria das vezes lhe confere a legitimidade prática. (ibidem, p. 29)

Cada vez mais artigos abordando temas referentes a questões sociais são publicados na revista. A edição de setembro de 1988 traz um texto de Elenor Kunz, “A Educação Física: mudanças e concepções”, que trata de uma denúncia da realidade vivida na época e conseqüentemente meios para construir algo condizente na Educação Física com a transição política no Brasil.

Nestas seqüências, “libertação”, “abertura (?) histórica” e “transição (?)”, ao mesmo tempo em que se referem ao momento histórico do fim do período de ditadura militar no Brasil, apresenta interrogações ao lado de “abertura” e “transição”, caracterizando os fatos com um tom de ironia. Desse modo, apesar de se constituir em um período de transição “institucional”, “política”, “educacional”, “cultural e até mesmo econômica”, era necessário também intervir nesta realidade, como citado em SD31.

Em SD33, o autor se refere à “Educação Física tradicional apoiada ainda no esporte de Rendimento”, onde “ainda” significa um longo período que precisa ser encerrado, ou seja, a Educação Física voltada exclusivamente para o esporte de rendimento não condiz mais com a realidade. Como referido em SD34, essa transição representa desmistificar “falsos poderes”, que aqui toma um sentido

amplo, englobando tanto o predomínio biologicista na Educação Física, como também a questão política vivida anteriormente no Brasil.

Como mostrado em SD32, existe uma situação de encontrar a autonomia da Educação Física, onde “ainda” reflete um processo que vem ocorrendo há muito tempo. Ao se referir à situação como “delicada”, o autor demonstra a complicação em definir conhecimentos da Educação Física, devido ao surgimento de várias tendências, as quais buscam sua autonomia dentro da área.

Os trechos a seguir foram retirados dos editoriais do ano de 1989, o primeiro da edição de janeiro e os outros referentes ao mês de maio:

SD35 - A Educação Física possui um campo de atuação bastante amplo e peculiar, sendo que a matriz teórica encontrar-se-á ambígua enquanto não possuir auto-suficiência e identidade própria ou apresentar-se com maior consistência para uma atuação mais holística. (CBCE, 1989, p. 46)

SD36 - Com esta perspectiva de trabalho, que necessita ser constantemente criticada e ampliada, busca-se fortalecer o CBCE, que como muitas outras entidades tem um compromisso assumido com a democratização da sociedade brasileira. (ibidem, p. 02)

SD37 - O povo brasileiro vive em uma sociedade contraditória onde convivem: miséria e riqueza, aqueles que podem e aqueles que não podem participar do consumo, opressores e oprimidos, aqueles que decidem lá em cima e aqueles que executam cá em baixo..., levando conseqüentemente a uma sociedade estratificada em classes sociais superpostas e com motivos e interesses muitas vezes distintos e antagônicos. Com a particularidade de ser muitas vezes espúrias, quando, por exemplo, imita servilmente a outras culturas “mais evoluídas” e menospreza a sua cultura, o que leva a um distanciamento da sua identidade podendo ocasionar a perda da consciência da sua própria existência. (ibidem, p. 02)

Em SD35, “auto-suficiência” e “identidade própria da Educação Física” se relacionam como citado em SD32, com “autonomia da Educação Física”. Diante desse quadro, torna-se evidente que os problemas com a definição dos conteúdos da Educação Física representavam cada vez mais um obstáculo para a constituição de uma nova Educação Física para uma nova realidade, ou seja, o Brasil após a queda do regime militar.

Nas seqüências 36 e 37, “democratização da sociedade brasileira” expressa uma função direta do CBCE, descrita ali como “compromisso assumido”, típica do período da direção do colégio por parte de Celi Taffarel; isso é visto

também quando o autor remete ao “povo brasileiro” da época “estratificado em classes sociais”.

Mais adiante, é feito um relato de que o povo brasileiro “imita culturas “mais evoluídas””, representando um dos motivos pelos quais a Educação Física brasileira carecia de uma suposta “identidade”, buscada pela comunidade acadêmica da época, que se constituiria como solução para os intensos debates ocasionados no período.

Somente no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 esse quadro começa a se alterar. Os fundamentos da Educação Física passam por uma crítica ideológica e, num certo sentido, epistemológica, onde escrever sobre a história da Educação Física no Brasil passa a ser um meio de refletir sobre suas teorias e práticas elaboradas no passado, propondo novas perspectivas para a atuação profissional no presente. O que deu sustentação a essas críticas foi, sobretudo, uma maior aproximação da Pedagogia (em especial daquelas fundadas na teoria social marxista) e de alguns campos das Ciências Humanas, entre eles a História. (PAGNI, op. cit. p. 153)

Esse segundo momento (1989 a 1993), marcado pela transição entre a direção do CBCE de Celi Taffarel por Valter Bracht, é visto, no âmbito acadêmico por PAIVA (op. cit., p. 94), como:

- A ciência deve discutir na sua dimensão epistemológica a sua dimensão ideológica;
- Fazer ciência é analisar e teorizar um dado fenômeno, buscando instrumentalizar uma possível e necessária intervenção no real;
- Educação física é uma disciplina curricular que deve tematizar o movimento humano, a cultura física e/ou a cultura corporal;
- As “ciências do esporte” são a assunção valorativa de que é possível e necessário tratar do ponto de vista científico fenômenos referentes a prática pedagógica, a prática de atividades esportivas, o esporte, o lazer, o movimento, o corpo, etc;
- O esporte pode ser um conteúdo tematizado na escola pela disciplina de EF, na sua prática e na elucidação desse fenômeno como um dos fenômenos sócio-culturais mais significativos da modernidade, que se relaciona diretamente com a EF na medida em que se liga às discussões sobre o lazer.

“O que encontramos aqui é um avanço significativo na elaboração (no sentido de complexidade) desses enunciados. Eles voltam a sugerir uma coesão entre os membros da comunidade (incluindo a direção) científica que publica artigos e comparecem aos congressos do Colégio”. (ibidem, p. 94)

Segundo LIMA (op. cit. p. 96), no final da década de 80 e, fundamentalmente, nos primeiros anos da década de 90, evidencia-se um deslocamento das problemáticas abordadas na área. Preocupações de ordem epistemológica, como, por exemplo, a produção do conhecimento, estatuto científico, etc., passam a definir o campo de problemas da Educação Física. E tal deslocamento, tudo leva a crer, incidiu decisivamente na problemática da “crise de identidade”. “Melhor dizendo, na busca pela “identidade” da Educação Física, ganham relevo questões do tipo: a Educação Física é uma Ciência? Qual o seu objeto? Qual é a Ciência da qual, nós, profissionais da Educação Física, seríamos seus praticantes? Qual o lugar da Educação Física no espectro dos saberes?” (ibidem, p. 96)

Já sob uma ótica administrativa, PAIVA (op. cit. P. 88) descreve o CBCE nesse período como:

- O CBCE precisa forjar-se como um dos fóruns de discussão legítimo das opiniões divergentes da comunidade acadêmica;
- Democracia é o direito de falar, mas também o de ouvir, para, mediando, se fazer ouvir.

Segundo a autora, as idéias comuns a um período, geralmente se engendram no período no qual ainda não são hegemônicas.

Associamos a análise de Victor Matsudo a um período marcado por movimentos na sociedade brasileira que denotavam um forte sentido de luta política, especialmente as de cunho socialista, e que se refletiam na EF em maior ou menor grau. Para VM, a década de 80, se não alterou de forças na EF brasileira, ao menos fez com que “o debate fosse instaurado, e aos conservadores só resta a alternativa que tanto criticam: a militância política. Militância conservadora, mas militância antes de tudo” (p. 26). Enfim, a disputa por hegemonia no pensamento pedagógico da EF, reflexo do processo mais amplo de disputa por hegemonia na sociedade, consolidou-se. Por seu lado, Jocimar Daolio aponta outro processo iniciado nos anos 80 e que agora, nos anos 90, se consolidou: a construção do campo acadêmico da EF. Seu estudo, porém, é fruto de um período de forte retrocesso dos movimentos políticos de esquerda e, com ele, dos intelectuais orgânicos. Assim, finalizamos afirmando que: a) ambos os processos iniciados nos anos 80 permanecem vivos, porém atingiram um patamar qualitativamente novo; b) a continuidade da consolidação do campo acadêmico da EF terá presente a disputa consenso x conflito em novos termos. Sugerimos que um deles é a disputa entre intelectuais tradicionais x intelectuais orgânicos. (FERREIRA, 1998, p. 83)

4. TERCEIRO PERÍODO DE ANÁLISE – DE 1995 A 2003

O último período selecionado para a análise da produção do CBCE inicia com a gestão de Elenor Kunz (1995 a 1997 e 1997 a 1999). Nessa época, o professor estava iniciando seu pós-doutorado na Alemanha, especializando-se em Pedagogia do Esporte.

Trata-se então de um período caracterizado por um diálogo maior no interior da instituição, bem como análises cada vez mais freqüentes de toda a produção do CBCE até o momento, fazendo surgir novas perspectivas para a Educação Física, como será visto adiante.

Nos anos de 1990, verifica-se a busca pela identidade epistemológica da área de educação física, sobretudo se considerando a identidade das matrizes teóricas e a delimitação científica. A busca por uma definição de cunho científico para a identidade acadêmica da educação física encontra dificuldades para definir o paradigma, o objeto de estudo, a metodologia a ser utilizada, entre outros aspectos exigidos pela racionalidade científica e pelo modelo disciplinar. A pergunta pelo objeto de estudo da área, traduzida emblematicamente na questão “o que é educação física?”, tem obtido muitas tentativas de respostas, sobretudo se tentando evitar a confusão de responder à questão pelos objetivos, tais como saúde ou educação; ou pelos conteúdos, resposta traduzida na afirmação de que educação física é esporte. (LIMA, op. cit, p. 106)

No ano de 1994 ocorre a segunda eleição direta após o regime militar, com a vitória de Fernando Henrique Cardoso. Para implementar uma estabilização econômica, o Plano Real também incentivou o processo de importação de produtos. A facilitação no repasse de tecnologias para a economia interna seria uma porta de entrada para o desenvolvimento industrial.

Dessa forma, foi um período em que o Brasil apurou a sua política de modernização em todos os meios; porém, foi marcado pela privatização de empresas estatais, gerando alguns conflitos.

Na edição de janeiro 1996, o artigo “Cientismo e credulidade ou a patologia do saber em ciências do desporto”, de Francisco Sobral, inicia um processo de análise do modo de produção científico.

SOBRAL (CBCE, 1996, p.146), cita Thomas Kuhn, o qual define como normal as manifestações metodológicas e discursivas próprias de um estado de

equilíbrio epistemológico no interior de uma disciplina científica, é a conformação de toda uma conferência ao status quo do pensamento e do agir acadêmicos.

SD38 – A produção científica na órbita do desporto reflete sobretudo as condições institucionais em que tem sido realizada e, na ausência de uma tradição científica longa e coerente, é mais vulnerável às distorções já identificadas em outras disciplinas. (CBCE, 1996, p. 146)

SD39 - Desprovida de uma unidade interna, esta produção atomiza-se, como nenhuma outra, em subdisciplinas, subdomínios e especialidades que, numa escala reduzida, reproduzem a imagem de um amplo setor do panorama científico dos nossos dias. (ibidem, p. 146)

SD40 – Neste contexto de crise de identidade epistemológica, não se destaca nenhum “paradigma emergente” capaz de alterar o sentido e o conteúdo da investigação, nem essa preocupação transparece da prática daqueles que são os únicos em condições de o conceptualizar, propor e impor, ou seja, os próprios investigadores científicos. (ibidem, p. 146)

Segundo SOBRAL (ibidem, p. 146), esta incursão breve na história recente da educação física e das ciências do desporto tem o propósito de demonstrar que, em termos de articulação, aos investigadores do desporto, guiados pela ambição de fundar uma nova ciência, os antecedentes apresentam-se pouco favoráveis, recomendando mais a ruptura do que a inspiração. Na verdade, para o autor, nem a educação física nem o desporto têm verdadeiramente uma tradição científica autónoma. Nunca definiram claramente as suas constelações de objetos de estudo, os centrais e os periféricos, limitando-se a acolher os contributos avulsos de outras ciências e a reproduzir os seus procedimentos conceptuais e metodológicos.

SD41 – “Atentemos neste fato insólito e significativo de não existir sequer uma ciência de síntese que tome o movimento humano como o seu objeto material”.

SOBRAL (1996, p. 146), ao mencionar “sequer”, esclarece que o embasamento científico da educação física é uma condição mínima para que haja um diálogo entre os nossos docentes e investigadores universitários, o qual ele define como algo cada vez mais patético porque não falam de um objeto comum mas do objeto comum como ele é visto – pela fisiologia, pela psicologia, pelas antropologias, pelas neurociências, etc. “Não atingimos sequer um estado de

concordância lexical básica que permita uma informação unívoca. Usamos, com grande libertinagem, movimento, motricidade, gesto, ato motor, “técnica”, como se fossem sinônimos. Não alcançamos ainda um sistema descritor universal dos movimentos e das ações motoras”. (ibidem, p. 146)

Assim, o autor irá se referir à instituição universitária, onde o volume da produção científica é, a larga distância, o mais expressivo. Segundo ele, poucas são, em todo o mundo, as instituições que, fora da universidade, prosseguem uma atividade científica pública e relevante neste domínio. (ibidem, p. 157)

SD42 - Há pois, uma reunião de duas ordens de interesses que influenciam, no meio acadêmico, a fisionomia da investigação: os da indústria, cuja “oferta” se renova rapidamente por imperativos econômicos, e os dos investigadores universitários que, sob a tirania do publish or perish, são forçados a manter um débito de produtividade elevado e, assim, nada propício à problematização, à inovação, à construção de teoria. (CBCE, 1996, p. 157)

Nesta mesma edição, encontra-se um trabalho do professor Paulo Evaldo Fensterseifer, “A contribuição da filosofia para a área da Educação Física e/ou ciências do esporte”. Lembrando que o autor estava nessa época realizando seu doutorado, com o título “A Educação Física na Crise da Modernidade”, tendo uma formação acadêmica baseada em áreas como Fundamento e Filosofia da Educação.

SD43 - A educação física se não quiser manter-se alheia a este diálogo, parasitando ciências que se auto-denominam supra-rationais ou que acreditam ser expressão exclusiva da racionalidade, deve ingressar neste diálogo. Aceito o convite, porém terá ela sua “casa vasculhada”, de preferência por seus próprios representantes, imbuídos de espírito filósofo. Descobrirá também, que é tão histórica quanto a racionalidade, tendo o compromisso de auto-justificar-se perante as demais áreas do saber e sobretudo para a sociedade, fundamento de sua própria existência. Construirá assim, sua autonomia, com as obrigações que isto implica, fazer opções e justificá-las. (CBCE, 1996, p. 171)

Nesta seqüência, FENSTERSEIFER (1996) defende que a educação física necessita abandonar essa dependência de outras áreas de conhecimento, “ciências que se auto-denominam supra-rationais”. Dessa forma, o autor, ao citar “casa vasculhada”, sugere que a Educação Física passe por uma reflexão

profunda acerca de seus conteúdos, preferencialmente, realizada pelos próprios profissionais da área, enfatizando um caráter de autonomia.

As próximas seqüências foram retiradas do artigo “A educação física brasileira da década de 80 a de 90: a disputa intelectuais tradicionais x intelectuais orgânicos na construção de seu campo acadêmico”, de Marcelo Guina Ferreira, publicado na edição de maio de 1998. Nesse período, o autor estava envolvido com especialização em educação física escolar, ministrando disciplinas como Epistemologia e Teoria da Educação Física.

SD44 - Dessa forma, se queremos não perder de vista a ótica do conflito, precisamos sim elevar o embasamento teórico e a maturidade acadêmica na EF, sobretudo por ser “relevante a continuidade do pensamento científico e do debate acadêmico na [mesma]”, em moldes qualitativamente novos e superiores aos da década anterior (...). (CBCE, 1996, p. 82)

SD45 – Defendemos pois a idéia de que, se a construção do campo científico/pedagógica da EF exige o desenvolvimento e o cultivo da hábitos e valores de convívio e comunicação, no seio de sua comunidade acadêmica, nem por isso fica eliminado o fato de que, ao fazê-lo, afirmamos uma dada “visão social de mundo” e, logo, um determinado “ponto de vista de classe”. Assim, torna-se necessário disputar a hegemonia – a direção moral e intelectual – deste processo de construção do campo acadêmico e do pensamento pedagógico da EF, num confronto em que certamente estão envolvidos intelectuais tradicionais e intelectuais orgânicos, tal como ocorre na sociedade mais ampla. (ibidem, p. 83)

Esses trechos parecem complementar a seqüência citada anteriormente, SD43. Assim, se FENSTERSEIFER (op. cit.) propõe uma auto-reflexão por parte da Educação Física acerca de seus conteúdos, buscando autonomia, FERREIRA (1996) afirma que a Educação Física deve elevar seu embasamento teórico afim ingressar em um caráter de maturidade acadêmica.

Assim, FERREIRA (1996) assevera que a Educação Física necessita disputar hegemonia dentro do processo de construção de seu campo acadêmico. Para isso, o autor sugere um debate acadêmico “qualitativamente novo e superior aos da década anterior”.

A meu ver, constitui fator favorável verificar que numa área do conhecimento construída historicamente por influências militaristas, biologicistas e mecanicistas, marcada de forma contundente pelo Positivismo e atrelada a

mecanismos e modelos autoritários, ganharam espaço perspectivas mais críticas de desenvolvimento da produção científica. (SILVA, op. cit. pg. 60)

No ano de 1999, a presidência do CBCE passa a ser exercida por Lino Castellani Filho, dirigindo a instituição até o ano de 2001. Ele foi autor de um importante artigo já aqui analisado, na edição de maio de 1983, “A (des)caracterização profissional filosófica da Educação Física”, representando o início de um período de denúncias ao caráter reprodutivista da Educação Física no Brasil na década de 1980.

A edição de janeiro/maio do ano 2000, como tema central “Epistemologia e Educação Física”, apresenta o artigo de Homero Luiz Alves de Lima, “Pensamento epistemológico da educação física brasileira: das controvérsias acerca do estatuto científico”.

LIMA (op. cit. p. 95) afirma que para a intelectualidade da Educação Física brasileira, tornou-se um lugar comum a afirmação, segundo a qual a década de 80 representou um momento de “crise de identidade” para essa área, a qual o autor classifica em dois sentidos: uma primeira, de ordem mais política e ideológica, e, por isso, podemos nomeá-la de crise político-ideológica; uma segunda, e decorrente da primeira, assumiria os contornos de uma crise epistemológica.

Desse modo, de acordo com o autor, é assim que o estado de “indefinição epistemológica” da Educação Física passa a ser o sintoma imediato de sua “crise” (de identidade).

SD46 - Acreditamos que a postulada “unidade do conhecimento” para o campo da Educação Física, seja ela arquitetada a partir da idéia de um “objeto comum” (Gamboa) ou de uma “problemática teórica compartilhada” (Bracht), ou ainda em termos de interdisciplinaridade (Gamboa, Betti), é um projeto irrealizável se considerarmos que a “disciplinaridade dos saberes” é algo constitutivo da modernidade. Ou seja, a tão amaldiçoada fragmentação do conhecimento é um dos legados da modernidade. Se, por um lado, considerarmos o estatuto dos saberes numa condição pós-moderna, ainda assim, não poderíamos falar em interdisciplinaridade. Tratar-se-ia mesmo de um momento pós-disciplinar, em que se esfacelam as barreiras disciplinares. (CBCE, 2000, p. 99)

Em SD43, quando FENSTERSEIFER (op. cit.) sugere que a Educação Física necessita ter sua “casa vasculhada” pelos seus próprios representantes,

essa idéia pode ser relacionada com LIMA (op. cit. p. 95), ao firmar que a Educação Física, na década de 80, passa por um período de “crise de identidade”, de ordem político-ideológica e epistemológica: logo, esse estado de indefinição, de “crise de identidade” poderia ser solucionado a princípio com uma redefinição dos conteúdos da Educação Física, tarefa mais apropriada, segundo FENSTERSEIFER (op. cit.), para os próprios representantes da área.

SD47 - Das tentativas de delimitação de um campo científico ou de construção de uma nova ciência centrada nas práticas corporais, como são os casos das proposições da Ciência da Motricidade Humana, da Ciência do Movimento Humano (ou Cinesiologia), da Ciência(s) do Esporte, ou ainda da Educação Física como Ciência – é de se perguntar: o que move tal empresa? Quais interesses subjazem a semelhante empreendimento? Ou ainda: sobre que repousa o postulado básico, amplamente compartilhado, de que é preciso assentar a Educação Física sobre bases científicas, seja em termos de torná-la uma ciência ou então de ancorá-la numa ciência específica? Numa palavra: o que está por trás desse desejo de cientificidade? O que esse desejo poderá estar ocultando? (LIMA, op. cit. p. 99)

Segundo LIMA (ibidem, p. 99), de um modo geral, a busca de cientificidade apóia-se na valorização social da ciência. “É o prestígio de que goza a ciência na sociedade que confere legitimidade a semelhante empreendimento”. Na década de 1990, como vimos, alguns autores tentarão encontrar uma base científica que dê suporte à Educação Física. Entretanto, a partir desse artigo, pode-se notar que essa adequação à ciência, tão almejada, passa a ser questionada, como mostrado em SD47: “o que está por trás desse desejo de cientificidade?”

Essa mesma edição, com temática epistemológica, contém o artigo “Considerações sobre a qualidade da produção científica da educação física brasileira”, de Carlos da Fonseca Brandão.

Nesse mesmo ano de publicação de seu artigo, o professor estava terminando seu doutorado, com o título “A teoria dos processos de civilização de Norbert Elias: psicogênese, sociogênese e controle das emoções”. Assim, sua formação profissional estava pautada nas Ciências Humanas, abrangendo áreas como Filosofia, Sociologia e Educação.

SD48 - Desde a fundação do CBCE, em setembro de 1978, até os dias atuais, podemos notar, através de alguns dados básicos, que a área de Educação Física ganhou um contorno mais definido como área de conhecimento. (CBCE, 2000, p. 103)

SD49 - Ao visualizarmos a análise dos artigos publicados na RBCE como um todo, veremos que a alternância na direção do CBCE, e conseqüentemente na direção da revista, não proporcionou, em nenhum momento, melhora significativa na qualidade científica dos trabalhos que foram publicados. (ibidem, p. 106)

SD50 - Na realidade a culpa pela baixa qualidade científica produzida pela área de Educação Física, não cabe exclusivamente à revista ora analisada, muito pelo contrário, ela também publicou artigos de boa qualidade e proporcionou oportunidade e publicação a autores desconhecidos, que em muitos casos, não teriam a possibilidade material de qualquer tipo de publicação editorial. A RBCE apenas reflete a situação da área que, em parte, ela representa, ou seja, por mais que desejasse, não seria possível esconder a inconsciência teórica e científica que ainda se faz presente na área de Educação Física. (ibidem, p. 106)

Analisando essas três seqüências, é possível perceber que, não só o caráter científico, mas também o próprio CBCE passa a ser questionado quanto à qualidade de sua produção acadêmica. Isso mostra que nesse período a instituição, agora dirigida por Castellani Filho, encontra-se aberta as mais temáticas a serem publicadas.

Segundo BRANDÃO (CBCE, 2000, p. 106), podemos dizer que a melhoria da qualidade da produção científica na área de Educação Física, a exemplo de outras disciplinas que alcançaram o status de “ciência”, exige uma série de procedimentos, como por exemplo, o “desmascaramento” teórico da área através da avaliação da sua produção científica, em relação às outras áreas do conhecimento.

De fato, como proposto pelo autor, nesse final de século, cada vez mais a avaliação da produção científica do CBCE está sendo realizada por diversos autores nesse período, mesmo que ainda representando uma minoria dos trabalhos publicados dentro da instituição.

Analisando os boletins publicados na revista ao longo da história do CBCE, PAIVA (op. cit. p. 79) afirma que:

No início pendeu a uma “coluna social” do Colégio, depois “politizou-se”. Passou a incluir nos seus editoriais e em algumas matérias análises

conjunturais sobre o país, a escola pública e a EF nesse contexto. Mais tarde “academizou-se”, trazendo de forma mais sistematizada as discussões da ciência e da tecnologia, sob a forma de políticas públicas e/ou da relevância política de uma produção do conhecimento “engajada” em projetos societários.

Nesta mesma edição de setembro de 2000, “A crise da racionalidade moderna e a Educação Física” é o trabalho publicado do professor Paulo Evaldo Fensterseifer, já descrito anteriormente na edição de 1996, com seu artigo “A contribuição da filosofia para a área da Educação Física e/ou ciências do esporte”, em SD43. Em 2000, o professor estava lecionando disciplinas de Epistemologia da Educação Física e Filosofia da Educação.

SD51 - A Educação Física, sempre que pensada como área do saber e de atuação profissional, revela-se como um espaço de dispersão teórica e prática, o que fica evidenciado pela presença em seu meio de uma pluralidade aparentemente caótica de interesses; no entanto, ao referirmo-nos a todo esse leque de interesses como sendo Educação Física, revelamos a existência de uma unidade, mesmo que frágil. (CBCE, 2000, p. 35)

SD52 - Afirmar sua unidade, não deve significar, portanto, a uniformidade, afinal ninguém tem a “chave” da “Verdadeira Educação Física”; ela, tal como o poder em um sistema democrático, é um lugar sempre a ser preenchido, o que implica sempre em uma disputa de hegemonia. É um jogo sem fim, onde só perspectivas totalitárias podem querer por fim ao jogo, sob o argumento de uma pretensa identificação de verdade e ser, pretensão de fugir do plano da linguagem. (ibidem, p. 36)

Segundo FENSTERSEIFER (CBCE, 2000, p. 35), em SD51, essa situação tem levado ao incremento, no interior da área, das discussões em torno de uma possível unidade epistemológica (esforço de unificação de procedimentos de produção/legitimação de conhecimentos).

Assim, de acordo com o autor, esta busca de unidade e de uma maior visibilidade, acabou-se agrupando os discursos presentes no interior da área em vertentes, correntes, tendências..., as quais constituem identidades dificilmente dissolvíveis em uma unidade. “Mas cabe perguntar: Esta unidade é desejável? E ainda, de que tipo de unidade falamos?” (ibidem, p. 35)

Novamente pode-se perceber que os autores desse período cada vez mais irão refletir sobre a questão de atingir uma unidade da Educação Física,

questionando se isso realmente é possível ou apenas algo desejável por algum interesse maior, o qual FENSTERSEIFER (ibidem, p. 36), em SD52, exemplifica na forma de uma perspectiva totalitária.

Dentro da temática de Epistemologia e Educação Física nessa mesma edição de setembro de 2000, encontra-se o artigo “Educação Física como Ciência: para sair do século XIX”, de Luis Carlos Rigo e Eliane Pardo, que mantinha uma linha de pesquisa pautada na Filosofia da Educação.

Os autores afirmam não ter a intenção de anunciar novos paradigmas, metateorias ou caminhos que possam resolver as questões de objeto, estatuto epistemológico ou mesmo de método da EF. “O que nos parece estar em jogo, aqui, é unicamente a possibilidade de poder pensar de modo diferente essa questão”. (CBCE, 2000, p. 41)

SD53 - Para Foucault, essa discussão não teria fim e se coloca quase como um falso problema para o campo da produção do conhecimento nas áreas ditas “humanas”. Por que essa inviabilidade de uma resposta à questão, perguntaríamos nós. O autor nos responderia partindo de sua tese sobre a existência de uma instabilidade essencial que caracteriza as “ciências humanas”, quando situadas no espaço dos saberes epistemologizados ou formalizados cientificamente. (CBCE, 2000, p. 44)

SD54 - Assim, ao invés de insistirmos e persistirmos lamentando a falta de uma meta teoria que seja capaz de suprimir um advogado estado de crise epistemológica da EF, talvez fosse interessante nos perguntarmos se realmente o estado existe. Será que obrigatoriamente se trata de uma carência, de uma falta ou seria muito mais uma questão de singularidade da área? Simpatizando muito mais com a segunda hipótese, pensamos na possibilidade de tomar a EF como um campo de positividade, forjado nos embates, nas lutas intrínsecas entre os diferentes saberes que a constroem. Nessa ótica, a instabilidade, a fluidez epistemológica da EF não é visualizada como atraso, mero estágio, etapa anterior, se comparada a outras disciplinas que melhor se enquadram aos moldes da epistemologia moderna ou que já se instituíram como ciência. Tomamos a EF e seu momento atual – compartilhado também por outras áreas do saber – como um campo de conhecimentos nascidos e constituídos no cruzamento das mais diversas áreas, o que a coloca em uma permanente situação de nebulosidade, fugaz a qualquer definição mais rígida, quanto ao seu objeto e ao estatuto epistemológico, o que não a faz superior nem inferior a outros saberes, mas diferente. (dem, ibp. 47)

Os autores utilizam o pensamento de Foucault, que define essa instabilidade de uma essência como natural de Ciências Humanas. Desse modo, em SD54, PARDO e RIGO (op. cit. p. 47) sugerem que ao invés de “insistirmos e

persistirmos lamentando a falta de uma meta teoria que dê suporte par a Educação Física”, poderíamos refletir se esse estado realmente é possível.

“Partindo das práticas acadêmicas de nossa área, aventamos aqui a possibilidade de tratar o momento histórico da EF neste final de século de uma outra forma, assinalando a necessidade de pensar outras demandas para a área”. (ibidem, p. 47) De acordo com os autores, demandas que, sob a égide de compromissos éticos/profissionais, osem se orientar por princípios que não neguem os cânones de qualquer promessa redentora de cientificidade, mas também não se limitem a eles e, muito menos, os supervalorizem.

SD55 - Este final de século parece apontar, de forma radical, para uma completa desterritorialização dos saberes. Partindo desse quadro, talvez seja possível visualizar, na nossa tão criticada falta de objeto, estatuto, definição, que parecem empiricamente induzir-nos a cruzamentos com profissionais de outras áreas, a estabelecermos relações nem sempre tão harmônicas com outros saberes ou mesmo ciências, no campo de abrangência cada vez mais ampliado de nossas práticas, demandando novos esforços no sentido de pluralizarmos nossos currículos, não um limite mas uma qualidade, não um problema, mas um desafio. (CBCE, 2000, p. 49)

SD56 - Para nós esta preocupação, qual seja, de a EF vir a ser ou não uma ciência, talvez esteja desfocada de nossa época. Sem desconsiderarmos as contribuições que nos trouxe esse debate, talvez ele tenha mesmo chegado ao limiar de sua fecundidade, tendo em vista que sob uma “concepção não-proibitiva de ciência [...] fica sem sentido discutir se uma teoria é científica ou não: pode-se dar o nome de científico a qualquer coisa que se queira, pois o objetivo da epistemologia deixa de ser o de rotular e classificar as coisas de forma absoluta”. (ibidem, p. 50)

Assim, os autores explicam que não há espaço na modernidade para delimitar a Educação Física sob a ótica de uma Ciência, sugerindo em vez disso para a possibilidade de podermos pensar o campo da produção do conhecimento na EF situando-o num limiar de positividade onde os saberes produzidos na área poderiam ser orientados muito mais por uma preocupação ética do que necessariamente pelos moldes de uma ciência. (ibidem, p. 50)

A questão da ciência relacionada com a Educação Física é amplamente abordada nessa edição de setembro de 2000. O artigo “Educação Física & Ciência: cenas de um casamento (in) feliz”, de Valter Bracht, cuja formação recente esteve atrelada com Sociologia e Educação Física.

SD57 - O discurso científico acompanha e cria a Educação Física. Esta quase imposição cultural de que as práticas sociais relevantes precisam fundamentar-se cientificamente, acaba por produzir um campo acadêmico que, paradoxalmente, vai, em determinando momento (nas décadas de 1980 e 1990), questionar fortemente esta vinculação (casamento). (CBCE, 2000, p. 55)

BRACHT (CBCE, 2000, p. 62) defende a tese de que a definição dos contornos (da denominação) do campo é fruto de uma disputa (acadêmica e política). “Não há uma área, cujos limites sejam aprioristicamente definidos. Ela se define na luta, e a própria definição de seu objeto é também objeto desta luta”. (ibidem, p. 62)

SD58 - Os contornos (as características, a identidade enfim...) do campo acadêmico da EF (...) são definidos a partir da disputa ou luta no campo em torno da definição de qual seu objeto, qual a concepção de ciência a ser adotada, quais problemáticas de investigação são legítimas ou devem ser privilegiadas. Ou seja, entendo os contornos do campo como algo dinâmico, que não é definido (é definível) a priori, mas, sim, é fruto de dinamismo que envolve lutas e tensões. (CBCE, 2000, p. 62)

O autor afirma:

O campo inicialmente denominado de educação física se diferencia, ou seja, surgem diferentes práticas sociais que pela diversidade de sentidos e significados (pelas características diferenciadas dos seus universos simbólicos) somente com muita dificuldade (e a partir de critérios duvidosos) podem ser reunidas numa mesma instituição, num mesmo campo ou dentro de um mesmo conceito. Este aspecto repercute fortemente na formação que contemple não apenas a variedade de instâncias de atuação do profissional de educação física, como os diferentes sentidos da sua intervenção. Os conflitos de identidade profissional são freqüentes entre aqueles que atuam, por exemplo, simultaneamente na escola, no clube esportivo e nas academias de ginástica. (idem, 2003, p. 22)

No ano seguinte, em 2001, a direção do CBCE passa a ser exercida por Ana Márcia Silva, cuja formação profissional é baseada em áreas como Educação, Filosofia do corpo e Produção do Conhecimento. Assim, progressivamente os presidentes do CBCE passam a apresentar uma formação acadêmica e profissional mais variada, não mais na forma da década de 1980, onde se podiam ver tendências bem definidas dos grupos. (tecnicistas x marxistas)

Em 2003, inicia o Governo Lula na política do Brasil. Independente de ser um governo vitorioso ou fracassado, o Governo Lula foi uma importante etapa para a experiência democrática no país. De certa forma, o fato de um partido formalmente considerado de esquerda ascender ao poder nos insere em uma nova etapa do jogo democrático nacional. Mesmo ainda sofrendo com o problema da corrupção, a chegada de Lula pode dar fim a um pensamento político que excluía a chegada de novos grupos ao poder.

A edição de maio de 2003 apresenta “Um olhar acerca da produção do conhecimento na área da ciência do esporte: tendências e perspectivas”, da Dra. Antonia Dalla Pria Bankoff.

A autora, que mesmo tendo toda sua formação profissional voltada para a Saúde, apresentou esse trabalho de análise da produção no interior do CBCE, desde a sua fundação até o momento. Percebe-se que neste novo século, um olhar reflexivo a respeito da produção teórica não fica só a cargo dos autores que se dedicam somente à epistemologia da Educação Física.

O novo pesquisador passa a adquirir um caráter multidisciplinar, não mais focando estudos apenas em sua especialidade, mas sim situando sua área de atuação ao longo da história de uma instituição como o CBCE, assim como também no contexto sócio-político do país.

SD59 - O crescimento significativo do volume de trabalhos apresentados nos congressos de educação física, associado a um aumento de profissionais interessados em pesquisar nessa área de conhecimento, fez surgir vários eventos científicos nas diferentes regiões do país, com a finalidade de promover um maior intercâmbio entre os pesquisadores. Isto gerou um aumento na busca de recursos junto aos órgãos de fomento à pesquisa. Junto destes objetivos, os pesquisadores buscavam ressaltar os avanços produzidos nesta área, vislumbrando obter ainda um maior reconhecimento social. (CBCE, 2003, p. 196)

Segundo a autora, toda essa mobilização e organização dos pesquisadores consolidaram o que podemos chamar de campos ou áreas de pesquisa, viabilizando a organização dos estudos em grupos e subgrupos de temáticas afins, com o objetivo de facilitar ainda mais o intercâmbio científico entre os pesquisadores e demais interessados. (ibidem, p. 197)

É importante não esquecer que estas mudanças culturais estão relacionadas de forma complexa com as mudanças no plano econômico-político. Alguns autores insistem nessa relação, como Chauí e Jameson, relacionando muitas características da cultura contemporânea com o desenvolvimento tecnológico (a revolução eletrônica) e a nova fase do capitalismo, identificada como a da acumulação flexível do capital. A globalização e o neoliberalismo trouxeram como consequência um reordenamento das funções do Estado com repercussões importantes nos sistemas educacional e da saúde, por exemplo, bem como na ampliação da mercadorização da cultura de modo geral. O avanço da mercadorização no plano da cultura (o que repercute na visão pedagógica das práticas corporais) – as quais não são mais vistas primeiramente como meios de educação física da população, mas como serviços dos quais se usufrui a partir de sua compra numa grande variedade de sentidos – também é outro elemento importante. (BRACHT, 2003, p. 22)

O debate entre as abordagens apresenta-se como uma possibilidade de compreendermos a atividade científica e a atividade epistemológica como fenômenos pertinentes a uma sociedade científica, tanto pelo ponto de vista do cientista quanto do epistemólogo. (SILVA, op. cit. pg. 60)

Desde logo é importante dizer que estamos abrindo mão da idéia de identidade da educação física enquanto uma essência universal, algo como a natureza da educação física, entendimento que está vinculado à sempre reposta pergunta: o que é a educação física? Entendemos que, ao discutirmos a identidade da educação física, estamos nos referindo a um processo de construção histórica, portanto contingente e sujeito às lutas por hegemonia. A pergunta pelo “é”, é nesse caso, substituída pelo “sendo” da educação física: o que a educação física vem sendo? (BRACHT, 2003, p. 15)

Segundo Norbert Elias,

lidamos com estados de equilíbrio entre duas tendências opostas para auto-regulação dessas configurações: a tendência para se manter como antes e a tendência para a mudança. São muitas vezes, mas nem sempre nem exclusivamente, representadas por dois grupos de pessoas. É perfeitamente possível que, devido às suas próprias acções, haja grupos conscientemente orientados para a conservação e manutenção da configuração presente, mas que de facto fortalecem a sua tendência para a mudança. É igualmente possível que grupos orientados conscientemente para uma mudança fortaleçam a tendência da sua configuração para se manter tal qual está. (ELIAS, op. cit. p.161)

Pela análise das seqüências desse último período, pode-se perceber que tanto a instituição do CBCE quanto a teoria da Educação Física brasileira não se encontram mais definidas em dois grupos opostos, como mencionado por Norbert Elias.

O que é interessante mostrar em sua fala é o fato dessa configuração de disputas por parte de grupos, sendo alguns orientados para manter a situação vigente e outros orientados para a mudança, resultar em um tipo de equilíbrio, o que acaba por impulsionar um processo construtivo.

Assim, não há dúvidas que os debates ocorridos na década de 1980 tenham representado um avanço inestimável para a Educação Física, mesmo que tenha se afastado progressivamente de um possível acordo; pelo contrário, cada vez mais novas tendências e linhas de pensamento surgem no interior da área, cujas causas seriam impossíveis de serem todas citadas; mas em grande parte, a influência para modernizar e construir algo novo é fruto da dinâmica social, que acaba por gerar interdependências cada vez maiores entre as pessoas.

O campo inicialmente denominado de educação física se diferencia, ou seja, surgem diferentes práticas sociais que pela diversidade de sentidos e significados (pelas características diferenciadas dos seus universos simbólicos) somente com muita dificuldade (e a partir de critérios duvidosos) podem ser reunidas numa mesma instituição, num mesmo campo ou dentro de um mesmo conceito. Este aspecto repercute fortemente na formação que contemple não apenas a variedade de instancias de atuação do profissional de educação física, como os diferentes sentidos da sua intervenção. Os conflitos de identidade profissional são freqüentes entre aqueles que atuam, por exemplo, simultaneamente na escola, no clube esportivo e nas academias de ginástica. (BRACHT, 2003, p. 22).

Segundo SILVA (op. cit. p. 67), temos hoje muito mais ciência e tecnologia na educação física do que tínhamos há 25 anos, porém, essa ciência ainda é escassa e se faz em pequenas ilhas de competências, em nichos concentrados em pontos específicos do país. “É possível que durante algum tempo esses espaços perdurem e se mantenham, porém os riscos e as ameaças de um contexto pouco amistoso, em que predominam a pobreza, o atraso, a injustiça e a exclusão social, tenderão a se agravar”. (ibidem, pg. 67)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que é a Educação Física? Essa pergunta provavelmente representou um dos maiores aspectos motivadores de toda a produção teórica, não só no interior do CBCE, mas como também ao longo da história da Educação Física brasileira. Como se pôde ver nesta pesquisa, não houve consenso algum sobre uma definição universal dessa área; em vez disso, retomando BRACHT (2003), torna-se mais pertinente perguntar: o que vem sendo a Educação Física?

Pela análise aqui efetuada, é possível constatar que a Educação Física brasileira, no primeiro período de análise (1979 a 1986), esteve atrelada ao caráter científico no interior do CBCE. Ou seja, considerando o momento sócio-político do Brasil na época, no final do período de ditadura militar, a Educação Física então passava a desempenhar uma função de produzir ciência, visando se enquadrar aos moldes do regime, cuja função era a de promover o país a patamares superiores de modernidade.

Porém, mesmo durante esse período, alguns trabalhos foram surgindo na revista do CBCE, iniciando um processo de denúncias ao papel que a Educação Física vinha desempenhando ao longo daquela década, culminando na mudança de diretoria da instituição em 1987. Paralelamente, nesse segundo período de análise (1987 a 1994), o Brasil passa pelo fim do regime militar e pelo conseqüente processo de redemocratização, representando um período de liberdade, o que acabou influenciando a grande produção de trabalhos pelo grupo marxista.

O último período de análise dessa pesquisa (1995 a 2003) caracterizou-se como uma fase de maior equilíbrio nos debates entre as várias tendências formadas no interior do CBCE e da Educação Física brasileira. Essa fase mostrou-se repleta de perspectivas futuras para a Educação Física, contribuindo para que muitos autores proponham a valorização dos debates entre as várias vertentes da área, e não mais unicamente uma delimitação universal.

Não estou propondo o fim do debate acadêmico na educação física brasileira, nem defendendo a igualdade de opiniões ou a camuflagem dos antagonismos. Considero relevante a continuidade do pensamento científico e do debate acadêmico na educação física. Ainda mais importante é a existência de tensões entre os vários pensamentos, uma vez que todos têm o direito de preferir uma posição em relação à outra, e essa escolha depende de valores e ideais. Entretanto, essas tensões não devem inibir a pluralidade de pensamentos. A enriquecedora tensão deve respeitar as diferenças de opiniões e estimular novas proposições, que, por sua vez, irão gerar novas tensões. (DAOLIO, 1998, p. 112)

Assim, a Educação Física se constitui como uma construção social, sujeita a ser manipulada de diversas formas pelo grupo dominante; este, por sua vez, irá controlar a área baseando-se na imensa teia de relações que possui, seja guiando-se por interdependências pessoais ou políticas, como sugere Norbert Elias.

O resultado de intensos debates e disputas pelo poder dentro da Educação Física foi a segmentação em várias tendências, que passaram a buscar a fundo embasamento que lhes dessem suporte como vertente predominante. Esse processo desencadeou, além de um estímulo à pesquisa, uma sucessão na diretoria do CBCE por parte desses diferentes grupos, representando marcos históricos na tarefa de construção do campo da Educação Física.

Porém, (PAIVA, op. cit.) alerta que as idéias comuns a um período geralmente se engendram no período no qual ainda não são hegemônicas. E foi justamente com esse intuito que esta pesquisa foi realizada: analisar como o campo da Educação Física foi-se construindo, não apenas pela leitura de conteúdos, mas sim considerando a dinâmica social como uma variável fundamental para a construção de conhecimentos dentro de uma instituição como o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

Desse modo, este trabalho foi realizado de forma qualitativa, através da análise de discurso, visando identificar elementos na escrita dos autores no interior do CBCE ao longo da história da instituição. Assim, não se tentou encontrar uma solução para todos os obstáculos referentes a uma possível definição para Educação Física, mas sim identificar aspectos que se relacionem com o processo de produção teórica e também com a situação sócio-política vivida pelo Brasil em cada momento.

Acredita-se que com essa pesquisa seja possível a compreensão do processo de produção teórica no interior do CBCE durante o período de 1979 a 2003, não se limitando apenas ao caráter descritivo, mas sim contextualizando vários fatores externos que de certa forma influenciaram essa produção. Assim, considerando a história da produção de conhecimentos na Educação física brasileira ser algo recente, essa pesquisa apenas tentou analisar o início desse constante processo, que ainda irá render inúmeros debates, provavelmente influenciado em grande parte da dinâmica social.

REFERÊNCIAS

BECKER, James F. **Economia Política Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

BRACHT, Valter. Identidade e crise da Educação Física: um enfoque epistemológico. In: BRACHT, Valter; CRISORIO, R. (coords.). **A Educação Física no Brasil e na Argentina: identidade, desafios e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: PROSUL, 2003.

CAPARROZ, Francisco Eduardo. **A educação física como componente curricular: entre a educação da escola e a educação física na escola**. São Paulo, 1996. 197p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CHAVES, Eduardo O. C. **Pedagogia Histórico-Crítica: É preciso aproximar mais**. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/520321/Pedagogia-Historico-Critica>
Acesso em 20 out. 2008.

DAOLIO, Jocimar. **Educação Física Brasileira: autores e atores da década de 1980**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

ELIAS, Norbert. **Introdução a Sociologia**. São Paulo: edição, 1980.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos indivíduos** / Norbert Elias; org. Michael Schröter – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed., 1 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. – (Didática, 1)

FERREIRA, Amarílio Neto; GOELLNER, Silvana Vilodre; BRACHT, Valter. **As Ciências do Esporte no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

_____ (org.). **Leituras de natureza científica do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **Educação Física Progressista**. São Paulo: Loyola, 2004.

GODOY, Arilda S., **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**, In Revista de Administração de Empresas, v.35, n.2, Mar./Abr. 1995a, p.57-63.

LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LOVISOLO, Hugo. A paisagem das tribos da Educação Física. In: _____. **Atividade física, educação e saúde**. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

LUCENA, Ricardo de F. **O esporte na cidade**: aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas, SP: Autores Associados/CBCE, 2001.

LUCENA, Ricardo de F. **O poder e tudo mais**: uma breve discussão sobre o conceito de poder para Norbert Elias. Centro de Memória do Esporte/DEF/UFPE. In: Conocimiento y poder /Julia Varela (org.)

MARTINS, João Roberto Filho. **A Rebelião estudantil**: 1968 – México, França e Brasil. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História**: das cavernas ao terceiro milênio. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades**. In: Caderno de pesquisas em administração. São Paulo, v.1, nº.3, 2º sem. 1996.

ORDOÑEZ, Marlene; QUEVEDO, Júlio. **História**. São Paulo: IBEP, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes de. **Ciência e poder simbólico no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação Física e Desportos, 1994.

_____. Constituição do campo da Educação Física no Brasil: ponderações acerca de sua especificidade e autonomia. In: BRACHT, V.; CRISORIO, R. (coords.). **A Educação Física no Brasil e na Argentina**: identidades, desafios e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: PROSUL, 2003.

RECH, Maria Helena Bortolon; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. **No fio do discurso: análise do discurso sobre o trabalho no artigo opinativo do jornal correio riograndense**. In: Linguagem em (Dis) curso – LemD, Tubarão, v.5, p.267-293, jan/jun. 2005.

SADER, Eder. **Marxismo e Teoria da Revolução Proletária**. São Paulo: Ática, 1986.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. (coleção polêmicas do nosso tempo; v. 40).

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 2006. Disponível em:
http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_pedagogia_historico.htm Acesso em 25 out. 2008.

SÉRGIO, Manuel. **Para uma epistemologia da motricidade humana: prolegómenos a uma nova ciência do homem**. 2. ed. Lisboa: Compendium, 1994

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes européias e Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

SPINDEL, Arnaldo. **O que é Socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ZANELLA, Suzanne Rey. **Uma análise de discurso sobre o caso Daudt**. Dissertação de Mestrado. Pelotas: Programa de Pós-Graduação em Letras da UCPel, 2001.

Algo sobre vestibular. Marxismo. Disponível em:
<http://www.algosobre.com.br/sociofilosofia/marxismo.html> Acesso em 27 out. 2008.

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Disponível em:
<http://www.cbce.org.br/> Acesso em 20 jun. 2008.

Plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/> Acesso em 17 out. 2008.

RBCE: Revista Brasileira de Ciências do Esporte Digitalizada. XIII CONBRACE: 25 anos. 2003. 1 CD-ROOM.